
CÂMARA MUNICIPAL DE PORTEL



RELATÓRIO DE GESTÃO



ANO ECONÓMICO DE 2018

ÍNDICE

INTRODUÇÃO.....	3
CAPÍTULO I – ANÁLISE ORÇAMENTAL.....	5
1. Execução orçamental geral.....	5
2. Execução da Receita.....	7
2.1 Estrutura da Receita.....	7
2.2 Receitas Correntes.....	8
2.3 Receitas de Capital.....	9
3. Execução da Despesa.....	11
3.1 Estrutura da Despesa.....	11
3.2 Despesas Correntes.....	11
3.3 Atividades relevantes.....	13
3.4 Outras atividades.....	18
3.5 Despesas de Capital.....	22
3.5.1 - <i>Estrutura dos bens de capital</i>	23
4. Equilíbrio Orçamental - Relação entre as Receitas e as Despesas.....	26
5. Evolução do endividamento, do serviço da dívida e da dívida a fornecedores.....	27
5.1 Dívida de Empréstimos.....	27
5.2 Dívida de Locação Financeira.....	28
5.3 Serviço da Dívida Geral.....	28
5.4 Dívida a fornecedores de curto prazo.....	30
CAPÍTULO II – ANÁLISE PATRIMONIAL.....	31
1. Análise do Balanço.....	31
1.1 Estrutura e evolução do Ativo Líquido.....	31
1.2 Estrutura e evolução dos Fundos Próprios e do Passivo.....	32
2. Análise da Demonstração de Resultados.....	34
3. Movimentos do Ativo Bruto, Amortizações e Provisões.....	35
3.1 Ativo Bruto.....	35
3.2 Amortizações.....	36
3.3 Provisões.....	36
4. Apresentação de alguns indicadores de gestão.....	37
5. Factos de interesse relevante após o encerramento do exercício de 2018.....	38
6. Proposta de aplicação de resultados de 2018.....	38

INTRODUÇÃO

Para efeitos de prestação de contas o Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais – POCAL, Decreto – Lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro, na sua atual redação e demais legislação complementar, define os documentos, essencialmente de natureza orçamental e financeira, a apresentar para apreciação e deliberação da Câmara Municipal de Portel, da Assembleia Municipal de Portel e igualmente a julgamento do Tribunal de Contas, designadamente, o balanço, a demonstração de resultados e os mapas de execução orçamental.

Compete ainda à Câmara Municipal, nos termos da alínea i) do n.º 1 do art.º 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, elaborar, apreciar e aprovar os documentos de prestação de contas e remetê-los posteriormente à Assembleia Municipal para apreciação e votação em conformidade com o disposto na alínea l) do n.º 2 do art.º 25 da mesma Lei.

Assim, em cumprimento do previsto no n.º 13 do referido POCAL, elaborou-se o presente Relatório de Gestão relativo ao ano de 2018, o qual, acompanhado dos restantes documentos que compõem a prestação de contas, procura facultar a real imagem da situação económica e financeira do Município de Portel, esclarecer sobre as origens das receitas e despesas da autarquia, demonstrar como foram utilizados os recursos afetos ao desenvolvimento das atividades e investimentos municipais e traduzir o nível de realização dos objetivos inicialmente aprovados e propostos.

Este Relatório de Gestão, que para além de elucidar os órgãos autárquicos respetivos, responde também ao interesse crescente dos munícipes em conhecerem como são aplicados os recursos públicos da sua autarquia, está estruturado em duas vertentes principais, apresentando-se os factos e as informações mais relevantes dos aspetos orçamentais (avaliação das componentes mais significativas da estrutura da receita e da despesa e a sua evolução comparativamente a anos anteriores, recorrendo-se ainda à apreciação de indicadores e rácios orçamentais) e os aspetos patrimoniais (análise da estrutura do balanço, da estrutura de custos e proveitos, do endividamento municipal, evidenciando-se ainda alguns rácios de gestão que considerámos elucidativos e ajustados para uma melhor interpretação dos factos apresentados).

O documento é elaborado de forma simples e clara, mas com algum detalhe sobre elementos e informações que julgamos necessários para a boa compreensão da situação económica, financeira e patrimonial do Município de Portel no ano de 2018 e o seu desempenho nas funções gerais, económicas e sociais que lhe estão atribuídas.

A execução deste orçamento municipal, e na sequência do OGE - Orçamento Geral do Estado para o ano de 2018, no qual o atual Governo manteve, de forma positiva para o setor autárquico, as linhas tendenciais já iniciadas no ano anterior, ficou de alguma forma marcado pela implementação de novas medidas de reposição e de reforço da autonomia municipal. Foram assim eliminadas algumas limitações e impedimentos administrativos que vinham a restringir a autonomia financeira e administrativa das autarquias e de que foram exemplo: a não aplicação da LCPA - Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso, às autarquias que não excedem o limite de endividamento, a redução significativa das contribuições dos municípios para o FAM – Fundo de Apoio Municipal, a devolução de competências municipais na área das aquisições de serviços e na área de recrutamento de recursos humanos.

Neste domínio dos recursos humanos não podemos deixar de salientar a atitude da autarquia em integrar no mapa pessoal do município todos trabalhadores com vínculos precários (avenças), em criar novos

postos de trabalho, em possibilitar reposição/atualização de vencimentos e iniciar todo o processo de descongelamento e de concretização de mobilidade de carreiras. Um esforço orçamental da autarquia que permitiu melhorar as condições de trabalho aos funcionários do município bem como prestar um melhor serviço público aos munícipes do concelho nas várias áreas de intervenção da administração local, com especial destaque para os serviços urbanos, de ambiente e ordenamento, administrativos, de cultura e de educação.

A gestão orçamental deste ano económico é também caracterizada por algum atraso na execução de alguns projetos estruturantes para o concelho e que estavam previstos realizar durante o ano de 2018, os quais, quer por necessidade de revisão de projetos quer em consequência de atraso nos processos administrativos de concurso público, ou até mesmo por aguardarem enquadramento nos programas de financiamento do Quadro Comunitário 2014-2020, não foi possível executar (ex: a requalificação da EB 2,3 de Portel, a reabilitação dos acessos ao castelo, a beneficiação e ampliação das piscinas municipais descobertas, a ampliação do Centro Comunitário de Santana, as praias fluviais, a reabilitação do ex-posto da GNR). Esta situação limitou de alguma forma o nível de execução do plano de investimentos do município no corrente ano, embora também façamos notar que a maioria destas situações estão neste momento já desbloqueadas, os projetos mais significativos já se iniciaram e vão ter o seu devido, e esperado, desenvolvimento durante o ano de 2019.

Continuámos também a fazer esforços, junto das autoridades nacionais de gestão, para que seja reformulado o programa nacional de fundos comunitários de forma que se ajuste à realidade e às necessidades do nosso território e permita no futuro financiar investimentos em equipamentos desportivos, em estradas, em redes de águas e esgotos “em baixa” e em tantas outras infraestruturas essenciais ao desenvolvimento dos territórios de baixa densidade.

Apesar de tudo entendemos que a autarquia continuou o seu trabalho de forma clara, rigorosa e transparente, prosseguindo o desenvolvimento sustentável do concelho, com uma gestão autárquica próxima da vontade das populações e, com empenho e confiança, consolidámos o caminho efetuado nos últimos anos no concelho de Portel, continuando a apostar na educação, na ação e solidariedade social, na cultura, no desporto, no ambiente e ordenamento, na qualificação e modernização do espaço e equipamentos públicos, nas infraestruturas coletivas e na requalificação urbana, mantendo a colaboração com as coletividades, as juntas de freguesia e outras instituições públicas e privadas, não esquecendo a valorização e rentabilização do potencial humano da autarquia. Relevamos ainda o bom relacionamento, a cooperação e o diálogo construtivo que a autarquia mantém com o poder central e com todas as instituições e entidades, públicas e privadas, dos vários níveis de governação.

Não podemos também deixar de continuar a referir o empenho deste executivo em manter uma gestão financeira rigorosa e transparente, garantindo o cumprimento das normas legais de execução orçamental e ao mesmo tempo assegurar a estabilidade e a eficiência financeira do Município de Portel, situação que nos tem caracterizado nos últimos anos e nos permite continuar a desenvolver as atividades e projetos municipais.

Aos funcionários e colaboradores do Município de Portel uma palavra de reconhecimento pelo trabalho realizado e que tem tornado possível alcançar objetivos, obter resultados e prestar cada vez mais um melhor serviço público à população. Com este trabalho, colaboração, disponibilidade e união de todos seremos sempre capazes de atingir os objetivos a que nos propusemos, rumando a um futuro melhor para o nosso concelho, do qual nos orgulhamos e nos dá gosto viver.

CAPÍTULO I – ANÁLISE ORÇAMENTAL

A análise orçamental neste capítulo incide sobre os mapas de controlo da execução orçamental da receita e da despesa, demonstrando a proveniência dos principais recebimentos, destacando os pagamentos mais relevantes e, conseqüentemente, as ações, subsídios, atividades e investimentos com eles relacionados. Apresenta-se também o nível de equilíbrio entre receitas/despesas correntes e de capital, o grau de endividamento e de responsabilidades financeiras e a análise da tesouraria do município.

Os valores são apresentados de forma agregada e global com incidência especial para a variação do peso de cada um dos componentes na respetiva estrutura da despesa ou da receita e para os seus valores absolutos mais significativos. A análise considerada no documento permite ainda uma apreciação comparativa da evolução da estrutura e do montante executado nas diferentes rubricas do orçamento durante os últimos três anos.

1. Execução orçamental geral

Iniciamos esta análise com uma apresentação resumida da execução das receitas e despesas do município, e que se constituem como a demonstração da origem e da aplicação dos fundos que contribuíram para a execução orçamental de 2018:

Quadro 1 - RESUMO DA EXECUÇÃO DAS RECEITAS E DESPESAS – 2018

(em € - Euros)

RECEITAS – Origem de Fundos				DESPESAS – Aplicação de Fundos			
RECEITAS CORRENTES		VALOR	(%)	DESPESAS CORRENTES		VALOR	(%)
01	IMPOSTOS DIRETOS	980.561,90	10,4%	01	PESSOAL	3.888.920,49	41,8%
02	IMPOSTOS INDIRETOS	15.097,06	0,2%	02	AQUISIÇÃO DE BENS E SERV.CORRENTES	3.027.656,97	32,5%
04	TAXAS,MULTAS E OUTRAS PENALIDADES	13.704,75	0,1%	03	JUROS E OUTROS ENCARGOS	27.454,31	0,3%
05	RENDIMENTOS DE PROPRIIDADE	343.525,95	3,6%	04	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	997.275,14	10,7%
06	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	6.666.465,19	70,6%	05	SUBSÍDIOS	60.900,91	0,7%
07	VENDA BENS E SERVIÇOS CORRENTES	507.084,43	5,4%	06	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	32.921,83	0,4%
08	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	13.732,08	0,1%				
TOTAL DAS RECEITAS CORRENTES		8.540.171,36	90,4%	TOTAL DAS DESPESAS CORRENTES		8.035.129,65	86,4%
RECEITAS DE CAPITAL		VALOR	(%)	DESPESAS DE CAPITAL		VALOR	(%)
09	VENDA DE BENS DE INVESTIMENTO	1.800,00	0,0%	07	AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL	938.368,10	10,1%
10	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	902.683,39	9,6%	08	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	30.352,68	0,3%
11	ACTIVOS FINANCEIROS	0,00	0,0%	09	ACTIVOS FINANCEIROS	49.239,00	0,5%
12	PASSIVOS FINANCEIROS	0,00	0,0%	10	PASSIVOS FINANCEIROS	253.116,02	2,7%
13	OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,0%	11	OUTRAS DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,0%
TOTAL DAS RECEITAS DE CAPITAL		904.483,39	9,6%	TOTAL DAS DESPESAS DE CAPITAL		1.271.075,80	13,6%
TOTAL DAS RECEITAS		9.444.654,75	100,0%	TOTAL DAS DESPESAS		9.306.205,45	100,0%
SALDO DA GERÊNCIA ANTERIOR		3.865.105,29		SALDO PARA A GERÊNCIA SEGUINTE		4.003.554,59	
TOTAL GERAL		13.309.760,04		TOTAL GERAL		13.309.760,04	

Através da análise do quadro verificamos, para além do valor das componentes orçamentais mais relevantes e cuja apreciação desenvolveremos nos pontos seguintes, que a receita total no decurso do ano de 2018 atingiu aproximadamente os 9 milhões e 445 mil euros (não incluindo o saldo da gerência anterior). No que se refere à despesa total verifica-se que esta ascendeu ao montante de 9.306.205,45 € (não incluindo o saldo para a gerência seguinte). Constatamos ainda que irá transitar para a gerência do

ano seguinte um saldo orçamental de aprox. 4 milhões e 3 mil euros.

De seguida expomos um quadro síntese de execução orçamental o qual nos permite conhecer em termos globais a natureza das receitas e das despesas realizadas durante o exercício económico de 2018, bem como os seus desvios em relação ao previsto no orçamento inicial, corrigido com as necessárias alterações e revisões orçamentais efetuadas quer entre rubricas quer ao valor global do orçamento durante este exercício económico:

Quadro 2 - NÍVEL DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

(em € - Euros)

Designação		2016	2017	2018			
		Grau de Execução	Grau de Execução	Orçamento (Previsões corrigidas)	Execução (31.12.2018)	Grau de Execução	Desvio Orçamental
RECEITAS	Correntes	97,3%	101,5%	8.516.795,00	8.540.171,36	100,3%	0,3%
	Capital	74,7%	29,6%	1.378.649,00	904.483,39	65,6%	-34,4%
	Out. Receitas - Saldo Gerência	-	100,0%	1.536.910,00	1.536.910,00	100,0%	0,0%
Total das Receitas		92,9%	86,3%	11.432.354,00	10.981.564,75	96,1%	-3,9%
DESPESAS	Correntes	96,4%	98,0%	8.360.844,00	8.035.129,65	96,1%	-3,9%
	Capital	62,7%	40,6%	3.071.510,00	1.271.075,80	41,4%	-58,6%
Total das Despesas		87,6%	75,0%	11.432.354,00	9.306.205,45	81,4%	-18,6%

A taxa de execução total da receita (líquida) é significativamente elevada (96,1%), com especial incidência no nível de execução das receitas correntes (100,3%, cerca de +23 mil euros em relação ao previsto). O nível de execução das receitas de capital (65,6%, cerca de 904 mil euros) implicou um desvio orçamental de (-) 34,4% em relação à previsão inicial. Este desvio, que em nada afetou a capacidade financeira da autarquia, foi consequência de:

- não realização do valor previsto de cerca de 53 mil euros, referente à venda de lotes habitacionais/comerciais;
- não realização de cerca de 275 mil euros, referentes à requalificação da EB 2,3 D. João de Portel, e de aproximadamente 125 mil euros relacionados com o PARU - reabilitação dos acessos ao castelo. Nestes projetos, financiados pelos fundos comunitários, previa-se que o seu nível de execução, e a consequente receita, viesse a ser concretizada ainda durante o ano de 2018. Tal situação não se verificou uma vez que a execução física desses investimentos somente se concluirá ou desenvolverá em 2019, pelo que irá ter reflexos orçamentais mais significativos no próximo ano económico, e à medida que as obras venham a ser realizadas;
- não realização do montante de cerca de 29 mil euros, resultante da não aprovação da candidatura ao POCTEP-INTERREG da reabilitação/adaptação do ex-Posto da GNR: Montado e Turismo.

É de salientar que o bom nível de realização geral na receita autárquica (96,1%), superior aos dois últimos anos e ultrapassando até o limite de 85% considerado como referência obrigatória na legislação atual, foi conseguida através de uma estimativa orçamental das receitas prudente e baseada na real capacidade financeira do município. Esta é a atitude, que o município vem mantendo durante os últimos anos, e que se apresenta como um fator sólido na gestão orçamental da autarquia, gerando estabilidade e como tal permitindo um firme equilíbrio na gestão financeira, isto é: no município a realização da despesa é suportada numa efetiva dotação orçamental e de tesouraria o que permite comprometer e assumir orçamentalmente despesas e efetuar a sua liquidação e pagamento nos prazos acordados, evitando dificuldades de tesouraria ou problemas na estrutura financeira da autarquia.

Por outro lado o grau de execução da despesa total é também bastante considerável (81,4%) refletindo o

empenhamento do executivo na realização e execução de grande parte das ações e projetos planeados pelo município para este ano económico. A execução das despesas de capital (41,4%) embora relevante, ficou aquém do previsto. Este desvio orçamental, de (-) 58,6%, é explicado basicamente, como já assinalámos anteriormente, pelo atraso no início da execução física de alguns projetos, por consequência de atraso nos processos administrativos de concurso público ou por aguardarem enquadramento nos programas de financiamento do Quadro Comunitário 2014-2020 (ex: requalificação da EB 2,3 de Portel, reabilitação dos acessos ao castelo, beneficiação e ampliação das piscinas municipais descobertas, ampliação do C.C. de Santana, praias fluviais, reabilitação do ex-posto da GNR...), limitando de alguma forma a execução do plano de investimentos do município no corrente ano. Fazemos notar contudo que algumas destas situações estão neste momento já desbloqueadas, e os projetos mais significativos vão ter o seu devido, e esperado, desenvolvimento durante o ano de 2019.

Não podemos também deixar de referir que o grau de execução atingido quer no total das receitas, quer no total das despesas é bastante significativo, relevando também, como veremos em análise própria deste relatório, que a execução da despesa tem continuado a ser acompanhada dos respetivos pagamentos, não tendo qualquer significado os valores da dívida da autarquia a fornecedores.

Por último, neste ponto, é importante analisar a evolução dos saldos orçamentais de gerência:

Quadro 3 - EVOLUÇÃO DOS SALDOS DE GERÊNCIA

(em € - Euros)

SalDOS Orçamentais	2016	2017	VARIAÇÃO	2018	VARIAÇÃO
	VALOR	VALOR	17/16 %	VALOR	18/17 %
SALDO GERÊNCIA ANTERIOR	3.717.541,66	4.261.583,60	14,6%	3.865.105,29	-9,3%
SALDO PARA GERÊNCIA SEGUINTE	4.261.583,60	3.865.105,29	-9,3%	4.003.554,59	3,6%

No Município de Portel o saldo de gerência continua a ser importante e o factor principal que garante e salvaguarda o financiamento, nos próximos orçamentos municipais, de projetos e ações estruturantes programadas para o futuro, e que previsivelmente não serão comparticipadas pelos fundos comunitários. Esta situação, neste ano de 2018, é evidenciada pelo acréscimo do montante desse saldo (poupança orçamental) de aprox. (+) 138 mil euros (+ 3,6%) em relação ao ano anterior.

2. Execução da Receita

Atualmente, e pela sua natureza, as receitas arrecadadas pelo município constituem-se como o recurso necessário, importante e único para financiar as funções da autarquia e representam a base de financiamento para um conjunto de despesas de funcionamento regulares imprescindíveis ao desempenho da atividade da autarquia bem como para os investimentos estruturantes previstos. Assim é importante que se analise a sua evolução e origem para que se possa elaborar um real e correto planeamento das despesas orçamentais.

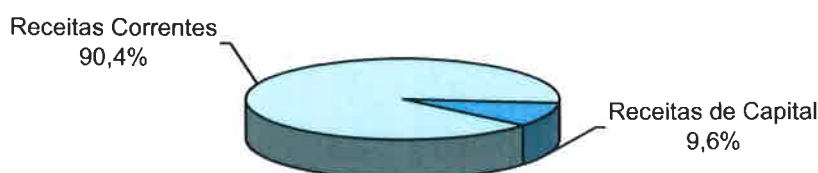
2.1 Estrutura da Receita

A receita do município caracteriza-se por dois grandes grupos de classificação económica: as Receitas Correntes e as Receitas de Capital. Podemos analisar a sua estrutura e evolução no quadro seguinte:

Quadro 4 - ESTRUTURA DA RECEITA

(em € - Euros)

RECEITAS	2016		2017		VARIAÇÃO	2018		VARIAÇÃO
	VALOR	%	VALOR	%	17/16 %	VALOR	%	18/17 %
Receitas Correntes	7.979.276,65	84,4%	8.519.251,77	91,5%	6,8%	8.540.171,36	90,4%	0,2%
Receitas de Capital	1.475.307,77	15,6%	795.026,14	8,5%	-46,1%	904.483,39	9,6%	13,8%
TOTAL	9.454.584,42	100,0%	9.314.277,91	100,0%	-1,5%	9.444.654,75	100,0%	1,4%



A receita total do município no ano de 2018 aumentou (+) 1,4%, aprox. (+) 130 mil euros em relação ao ano anterior. Nas receitas correntes verifica-se um ligeiro acréscimo de (+) 0,2%, aprox. (+) 21 mil euros, apresentando-se estas com um peso importante na estrutura das receitas municipais (90,4%). Nas receitas de capital verificou-se um acréscimo com algum significado, de (+) 13,8%, aprox. (+) 109 mil euros, em relação ao ano anterior.

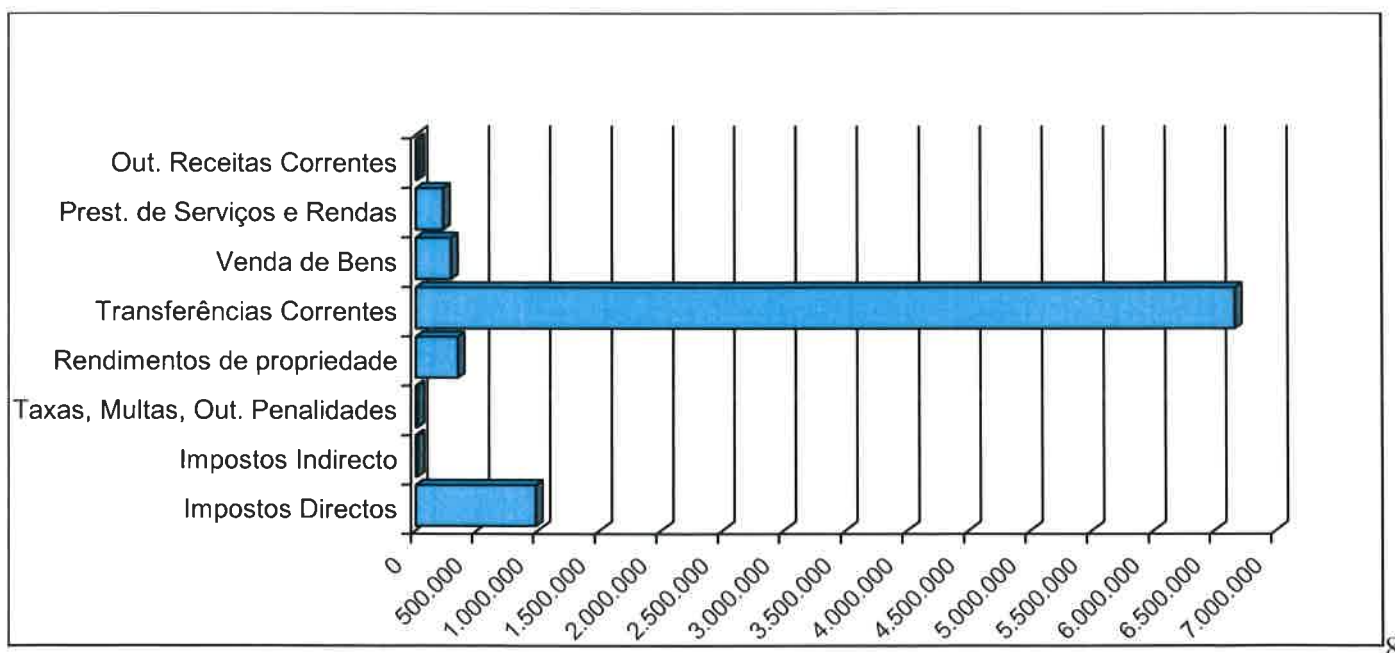
2.2 Receitas Correntes

A receita corrente da autarquia subdivide-se em diferentes componentes económicas, que constituem a sua estrutura principal, e as quais contribuem, com maior ou menor significado, para as receitas totais. É este detalhe que podemos analisar no quadro seguinte:

Quadro 5 - ESTRUTURA DAS RECEITAS CORRENTES

(em € - Euros)

RECEITAS CORRENTES	2016		2017		VARIACÃO 17/16 %	2018		VARIACÃO 18/17 %
	VALOR	%	VALOR	%		VALOR	%	
Impostos Directos	775.308,95	9,7%	1.219.755,97	14,3%	57,3%	980.561,90	11,5%	-19,6%
Impostos Indirectos	7.413,26	0,1%	5.947,70	0,1%	-19,8%	15.097,06	0,2%	153,8%
Taxas, Multas e Outras Penalidades	13.285,25	0,2%	34.791,72	0,4%	161,9%	13.704,75	0,2%	-60,6%
Rendimentos de Propriedade	356.462,30	4,5%	343.217,67	4,0%	-3,7%	343.525,95	4,0%	0,1%
Transferências Correntes	6.260.230,66	78,5%	6.383.679,87	74,9%	2,0%	6.666.465,19	78,0%	4,4%
Venda de Bens	305.603,25	3,8%	294.365,79	3,5%	-3,7%	285.530,73	3,3%	-3,0%
Prestação de Serviços e Rendas	225.731,59	2,8%	220.476,43	2,6%	-2,3%	221.553,70	2,6%	0,5%
Outras Receitas Correntes	35.241,39	0,4%	17.016,62	0,2%	-51,7%	13.732,08	0,2%	-19,3%
TOTAL	7.979.276,65	100,0%	8.519.251,77	100,0%	6,8%	8.540.171,36	100,0%	0,2%



A estrutura deste tipo de receitas têm-se mantido sensivelmente idêntica durante os últimos anos. A componente mais elevada das receitas correntes (transferências correntes) resulta da participação do município na repartição dos recursos públicos através do Fundo de Equilíbrio Financeiro (FEF) e do Fundo Social Municipal (FSM), do valor transferido para suportar as competências assumidas pela autarquia perante o Ministério da Educação, para além da participação variável no IRS e do financiamento de projetos de índole social e de promoção de emprego, quer de natureza comunitária quer da responsabilidade da administração central. Estas transferências correntes tiveram um acréscimo de (+) 4,4% em relação ao ano anterior, aprox (+) 283 mil euros e no seu conjunto representam 78,0% da receita corrente total, continuando a demonstrar que o município depende financeiramente do setor público central do Estado. O referido acréscimo teve origem no aumento significativo do FEF corrente aprox. (+) 80 mil euros, nas verbas transferidas pelo Ministério de Educação, aprox. (+) 19 mil euros e de aprox. (+) 184 mil euros referente a comparticipações recebidas de projetos cofinanciados, quer pelo governo central quer pelos fundos comunitários. Este aumento de receita refere-se na sua quase totalidade ao financiamento de despesas já realizadas em anos anteriores mas que só este ano foi recebida a sua comparticipação (ex: projetos FEDER – ADLA, Alentejo em Cena, Rede Cultural e projetos FSE - PEPAL.

Contribuem também com significado no peso das receitas correntes os impostos diretos (11,5%), - imposto municipal sobre imóveis (IMI), o imposto municipal sobre transmissões de imóveis (IMT), o imposto único de circulação (IUC) e a derrama – verificando-se que a diminuição de aprox. (-) 239 mil euros nas receitas desta componente, (-) 19,6%, se explica na quase totalidade pela diminuição da cobrança em IMT (e SISA), aprox. (-) 440 mil euros, induzido pelo decréscimo das transações onerosas de imóveis a nível concelhio. Esta diminuição foi contudo compensada pelo aumento da receita da derrama e por um ligeiro acréscimo na cobrança de IMI e de IUC.

Nas receitas correntes é também de considerar a venda de bens (água e bens inutilizados - recicláveis), bem como a prestação de serviços e rendas (aluguer de espaços e equipamentos, serviços sociais, recreativos e culturais, resíduos sólidos, transportes e rendas de edifícios) as quais representam em conjunto 5,9% da totalidade das receitas correntes. A diminuição da receita de venda de bens, (-) 3,0%, aprox. (-) 8 mil euros em relação ao ano anterior, é explicada preponderantemente, pela diminuição da receita no consumo de água. Em relação à prestação de serviços e rendas verificou-se que a receita se manteve ao mesmo nível dos anos anteriores.

A receita proveniente dos rendimentos de propriedade (aprox. 343 mil euros), referente a juros de depósitos a prazo (23 mil euros) e às rendas de concessão da rede de distribuição de energia à EDP (320 mil euros), é a terceira receita na hierarquia das receitas correntes municipais (4,0%), tendo também mantido o mesmo peso na estrutura destas receita, bem como o seu valor absoluto, quando comparado com os valores do ano anterior.

As outras receitas correntes sofreram uma diminuição pouco significativa de aprox. (-) 3 mil euros, mantendo este tipo de receita o nível estrutural do ano anterior. Na rubrica taxas, multas e outras penalidades verificou-se um decréscimo de aprox. (-) 21 mil euros, uma vez que no ano anterior esta rubrica incluía uma cobrança excepcional de juros mora, com idêntico valor, e relacionada com o extinto imposto de SISA.

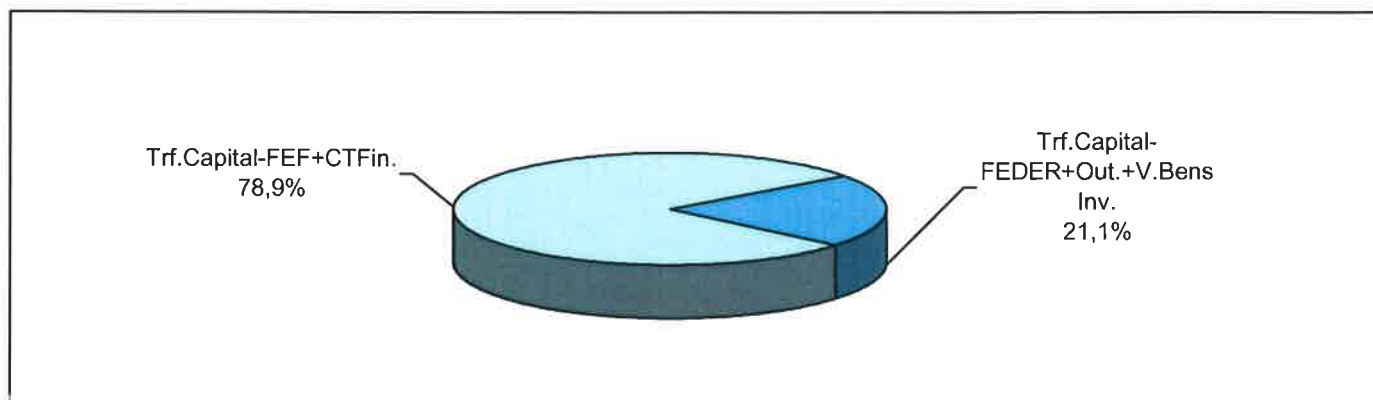
2.3 Receitas de Capital

A receita de capital do município apresenta principalmente duas componentes significativas as quais interessa analisar a partir do seguinte quadro:

Quadro 6 - ESTRUTURA DAS RECEITAS DE CAPITAL

(em € - Euros)

RECEITAS DE CAPITAL	2016		2017		VARIAÇÃO	2018		VARIAÇÃO
	VALOR	%	VALOR	%	17/16 %	VALOR	%	18/17 %
Venda de Bens de Investimento	24.256,03	1,7%	0,00	0,0%	-100,0%	1.800,00	0,2%	-
Trf. Capital - FEF e Coop. Tecn. Financ.	592.250,00	40,1%	610.932,75	76,8%	3,2%	713.746,49	78,9%	16,8%
Trf. Capital - FEDER e Outras	858.801,74	58,2%	184.093,39	23,2%	-78,6%	188.936,90	20,9%	2,6%
Ativos Financeiros	-	-	-	-	-	-	-	-
Passivos Financeiros	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras Receitas de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-
Repos. Não Abatidas Pagamentos	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL	1.475.307,77	100,0%	795.026,14	100,0%	-46,1%	904.483,39	100,0%	13,8%



Como já fizemos questão de salientar, em termos globais as receitas de capital aumentaram (+) 13,8%, cerca de (+) 109 mil euros, em relação a igual período do ano anterior.

Verificamos que as receitas de capital com origem nas transferências regulares do Estado para as autarquias, em cumprimento da lei das finanças locais (FEF) e a cooperação técnica e financeira (contratos de financiamento com administração central), continuam a assumir uma expressão considerável na totalidade das receitas de capital da autarquia (78,9%), e, na prática, constituem-se como a comparticipação anual do Estado para investimentos no concelho. Neste exercício económico este tipo de receita foi afetada positivamente pelo aumento de aprox. (+) 102 mil euros, (+) 16,8%, em relação ao ano anterior, resultado do aumento do FEF de capital, (+) 8 mil euros, e pelo recebimento de aprox. 94 mil euros referente à comparticipação, por parte da administração central através do Programa "BEM", para a obra de beneficiação do Parque Desportivo de Portel.

As receitas de capital provenientes de projetos financiados pelo fundos comunitários FEDER mantiveram sensivelmente o mesmo valor do ano anterior e referem-se: ao financiamento da obra de requalificação da EB 2,3 de Portel, à comparticipação do projeto de arquitetura e especialidades para a execução da reabilitação urbana dos acessos ao castelo (obra a iniciar em 2019), bem como da mesa interativa para o CINM - São Pedro e ainda a um valor recebido do projeto Terras do Sol - Rede Cultural, o qual se encontrava em atraso, e que se refere ao financiamento de equipamento de projeção do auditório municipal.

Salientamos que esta fonte de receita FEDER dependerá sempre, quer dos projetos municipais passíveis de integrar as candidaturas ao quadro de financiamento comunitário, quer da execução física e desenvolvimento dos projetos que já se encontram com financiamento comunitário garantido.

Neste ano de 2018 ainda se verificou uma receita provenientes da venda de bens de investimento (fotocopiadores). Fazemos notar que esta componente das receitas de capital é bastante aleatória e o montante a arrecadar em cada ano será sempre função dos bens que a autarquia possa vir a ter para venda e que os munícipes/empresas estejam dispostos a adquirir.

3. Execução da Despesa

A análise da despesa autárquica ilustra, em termos gerais, o nível de ações, atividades e investimentos que o município desenvolveu e realizou durante o exercício económico e que, conseqüentemente, refletirá o maior ou menor grau de satisfação dos munícipes. Uma primeira análise pode ser feita a partir da estrutura dessa mesma despesa.

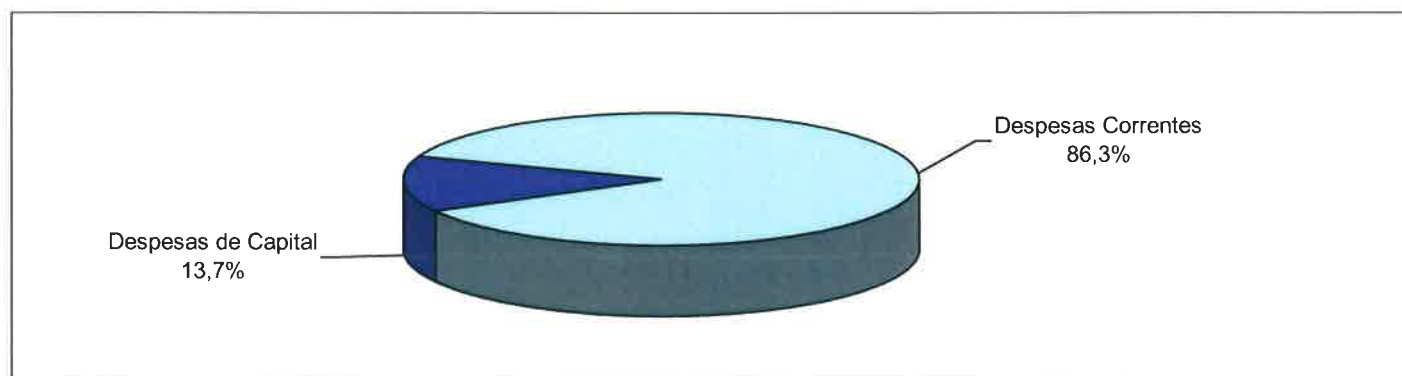
3.1 Estrutura da Despesa

A despesa do município é caracterizada por duas grandes classificações económicas: as Despesas Correntes e as Despesas de Capital e que apresentamos no seguinte quadro:

Quadro 7 - ESTRUTURA DA DESPESA

(em € - Euros)

DESPESAS	2016		2017		VARIAÇÃO	2018		VARIAÇÃO
	VALOR	%	VALOR	%	17/16 %	VALOR	%	18/17 %
Despesas Correntes	7.250.325,81	81,4%	7.598.324,80	78,2%	4,8%	8.035.129,65	86,3%	5,7%
Despesas de Capital	1.660.216,57	18,6%	2.112.431,42	21,8%	27,2%	1.271.075,80	13,7%	-39,8%
TOTAL	8.910.542,38	100,0%	9.710.756,22	100,0%	9,0%	9.306.205,45	100,0%	-4,2%



As despesas correntes registaram um acréscimo de (+) 5,7%, aprox. (+) 437 mil euros, continuando a ter um peso preponderante e fundamental (de 86,3%) na estrutura global da despesa da autarquia. Por outro lado, as despesas de capital, que representam 13,7% da totalidade dos custos do Município, verificaram um decréscimo bastante significativo durante este ano de 2018, (-) 39,8%, cerca de (-) 841 mil euros. A despesa total do município diminuiu (-) 4,2%, aprox. (-) 404 mil euros, em relação ao ano anterior.

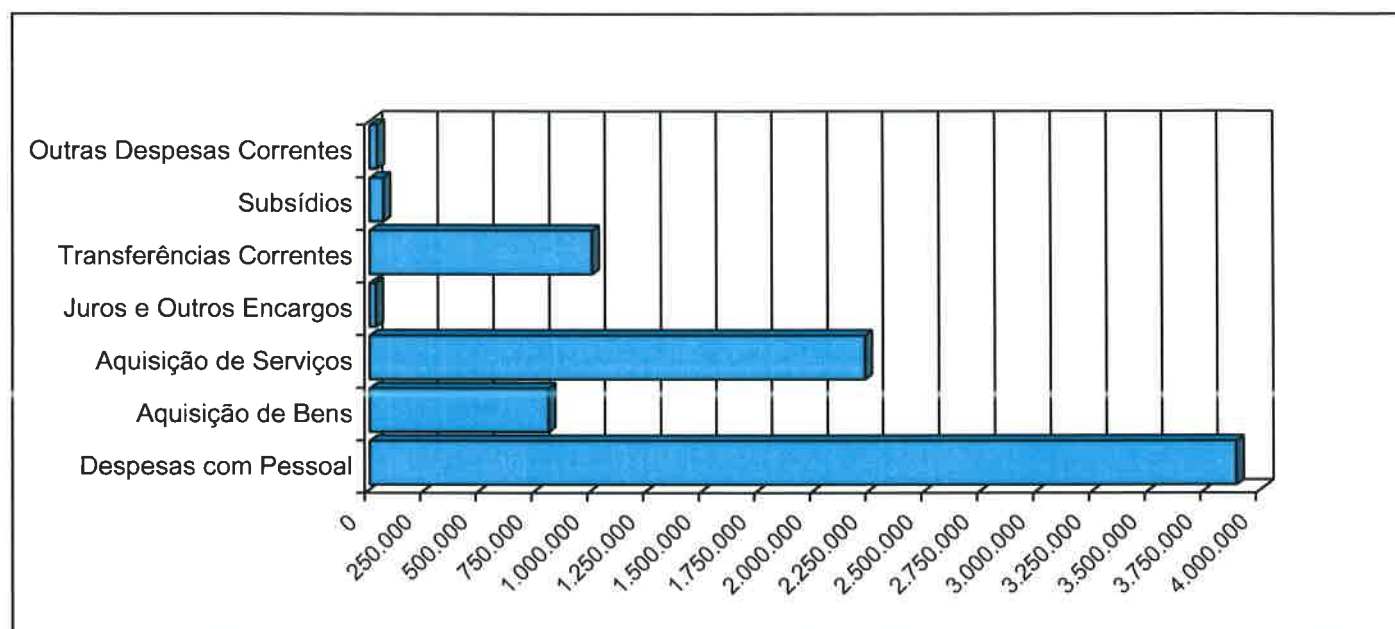
3.2 Despesas Correntes

A despesa corrente pode ser analisada através das grandes rubricas económicas que constituem a sua estrutura principal e as quais contribuem e explicam as atividades e ações, correntes, que são muito relevantes para a autarquia. O detalhe é demonstrado no quadro seguinte:

Quadro 8 - ESTRUTURA DAS DESPESAS CORRENTES

(em € - Euros)

DESPESAS CORRENTES	2016		2017		VARIAÇÃO	2018		VARIAÇÃO
	VALOR	%	VALOR	%	17/16 %	VALOR	%	18/17 %
Despesas com Pessoal	3.649.482,20	50,3%	3.620.313,97	47,6%	-0,8%	3.888.920,49	48,4%	7,4%
Aquisição de Bens	750.845,88	10,4%	842.608,62	11,1%	12,2%	802.034,51	10,0%	-4,8%
Aquisição de Serviços	1.797.694,22	24,8%	2.062.729,48	27,2%	14,7%	2.225.622,46	27,7%	7,9%
Juros e Outros Encargos	33.253,83	0,5%	31.015,41	0,4%	-6,7%	27.454,31	0,3%	-11,5%
Transferências Correntes	933.755,59	12,9%	932.509,76	12,3%	-0,1%	997.275,14	12,4%	6,9%
Subsídios	68.709,63	0,9%	79.192,52	1,0%	15,3%	60.900,91	0,8%	-23,1%
Outras Despesas Correntes	16.584,46	0,2%	29.955,04	0,4%	80,6%	32.921,83	0,4%	9,9%
TOTAL	7.250.325,81	100,0%	7.598.324,80	100,0%	4,8%	8.035.129,65	100,0%	5,7%



A estrutura das despesas correntes manteve-se próxima da estrutura dos anos anteriores embora com um aumento global de (+) 5,7%, que corresponde a um acréscimo absoluto de cerca de (+) 437 mil euros.

As despesas com pessoal conjuntamente com a aquisição de serviços são as rubricas que alcançam os valores com maior peso nesta estrutura, representando respetivamente 48,4% e 27,7% da totalidade das despesas correntes.

As despesas com pessoal aumentaram significativamente em relação ao nível do ano anterior, com um acréscimo de (+) 7,4%, aprox. (+) 268 mil euros. Este acréscimo foi resultado da integração no município de todos trabalhadores com vínculos precários (avenças), da criação de novos postos de trabalho, da reposição/atualização de vencimentos, do processo de descongelamento e de concretização de mobilidade de carreiras (cerca de 200 mil euros), acrescido de aprox. 68 mil euros referente aos encargos respetivos com a segurança social. Este esforço orçamental da autarquia permitiu melhorar as condições de trabalho aos funcionários do município bem como prestar um melhor serviço público aos munícipes do concelho nas várias áreas de intervenção da administração local, com especial destaque para os serviços urbanos, de ambiente e ordenamento, administrativos, de cultura e de educação.

Na rubrica de aquisição de bens (combustíveis, água, material de escritório, produtos de limpeza e de

desinfecção, peças para conservação de veículos e equipamentos, vestuário, material de educação cultura e recreio - equipamentos culturais e manuais escolares, entre outros) constata-se um decréscimo de (-) 4,8%, aprox. (-) 40 mil euros, com especial destaque na diminuição do custo com combustíveis, com aquisição de água e de outros bens não especificados.

Na componente de aquisição de serviços (da qual se destacam os encargos com a iluminação pública, os transportes escolares, a locação e conservação de bens, os seguros e comunicação e vários outros serviços), verificou-se um acréscimo de (+) 7,9%, cerca de (+) 163 mil euros. O aumento das despesas com a aquisição de serviços resulta de alguma forma pela razão do aumento de alguns custos destes serviços (ex: higiene e limpeza, locação de outros bens, outros serviços,...) mas essencialmente pela decisão do executivo em incrementar significativamente as ações e as atividades autárquicas destinadas aos munícipes e associações e cujos pagamentos se refletem nas referidas rubricas da despesa corrente.

Nas transferências correntes (para as freguesias e associações de municípios, para as instituições sem fins lucrativos e famílias) verifica-se um acréscimo de (+) 6,9% (aprox: 64 mil euros), refletindo a comparticipação dos manuais escolares aos alunos do ensino secundário bem como o incremento de outras atividades e ações da autarquia em prol das instituições, das associações e das pessoas.

Quanto à rubrica de subsídios atribuídos, a qual está diretamente relacionada com o financiamento, por parte do IEFP, dos programas de emprego - inserção (projetos "CEI+", destinados a desempregados, sem subsídio de desemprego ou em situação de procura de 1.º emprego), apresenta um decréscimo de aprox. (-) 18 mil euros, o qual foi gerado pela não implementação destas medidas de apoio ao emprego durante este ano de 2018, e que são da responsabilidade daquele órgão desconcentrado da administração central. Contudo o Município, como entidade empenhada na promoção e execução destes programas de combate ao desemprego, continua envolvido na sua execução, mantendo por isso a colaboração com o IEFP nesta área.

Os juros e outros encargos tiveram uma diminuição de cerca de (-) 3 mil euros. As outras despesas correntes (IVA a pagar, restituições e serviços bancários) sofreram um acréscimo em relação ao ano anterior que ronda os (+) 3 mil euros e que se explica pelo pagamento em 2018 de IVA referente às empreitadas. Estas duas rubricas, no entanto, têm um peso pouco significativo nas despesas correntes da autarquia.

3.3 Atividades relevantes

Assim a autarquia de Portel, durante este ano de 2018, continuou a apoiar e desenvolver em diferentes áreas (educação, cultura, desporto, tempos livres, saúde, ação social, saneamento e abastecimento de água, desenvolvimento económico, proteção civil, etc...) atividades, iniciativas e ações correntes, que se revestiram de grande importância para o desenvolvimento económico e social do concelho e para a melhoria e qualidade de vida dos nossos munícipes, e das quais, entre outras, destacamos:

- **Oferta de manuais escolares**, totalmente gratuitos, a todos os alunos do 1.º ao 9.º ano de escolaridade, bem como um apoio financeiro aos alunos que, pela natureza do seu ensino, não necessitam desses manuais; Este ano letivo foram **também comparticipados totalmente pelo município a despesa com os manuais escolares de todos os alunos do ensino secundário**;
- **Concessão de subsídio financeiro de estudo**, no valor de 500 euros anuais, a todos os alunos residentes no concelho de Portel que frequentem cursos em estabelecimentos de ensino superior;
- **Transportes escolares** e a comparticipação financeira desses transportes a todos os alunos do concelho que deles necessitem e que tenham enquadramento legal, nomeadamente alunos do 1.º ao

3.º ciclo, do ensino secundário (regular e profissional) e crianças do pré escolar residentes em montes e freguesias sem transportes públicos; Colaboração com as instituições do concelho, com atividades na área da educação, no transporte de crianças em idade de creche e jardim de infância

- **Atividades de enriquecimento curricular** (inglês, música, ciências, natação e atividade física e desportiva) em todas as escolas do concelho, complementadas com **atividades de apoio à família** (filosofia para crianças, cante alentejano, jogos tradicionais, atividades na biblioteca), assegurando-se assim atividades lúdicas e pedagógicas no tempo de permanência dos alunos nas escolas;
- **Atividades de prolongamento de horários** para a educação pré-escolar, bem como a dinamização de atividades físicas e de música nos jardins-de-infância em simultâneo com o programa de fornecimento de refeições às crianças do pré-escolar e do 1.º ciclo;
- Funcionamento de **bibliotecas escolares** e programa de distribuição de **fruta escolar**;
- **Atividades de ocupação de tempos livres** nos períodos de pausa letiva bem como o **programa de férias desportivas** para as crianças e jovens do concelho;
- **Subsídio ao AEP - Agrupamento de Escolas de Portel** e apoio e colaboração em diversas atividades nomeadamente, e entre outras, no **desfile de Carnaval das Escolas**, nas comemorações do “**São Martinho**” com o tradicional “magusto” e ofertas de castanhas e no “**Viva a Escola**”, evento que assinala a festa de final de ano letivo dos estabelecimentos escolares do concelho;
- **Cedência de transporte** gratuito em todas as **viagens de estudo** e de **desporto escolar** promovidas pelo AEP;
- **Colaboração** com o AEP e com outros estabelecimentos escolares do ensino secundário, profissional e superior (a EPRAL-Évora, a EPFA-Vidigueira, a UE-Universidade de Évora, a ESAG-Escola Secundária André de Gouveia entre outros) **na disponibilização de estágios escolares**, de formação em contexto de trabalho e de atividades de práticas simuladas, a alunos dos cursos ministrados naqueles estabelecimentos de ensino;
- **Dinamização da Biblioteca Municipal** com atividades de grande interesse e de excelente qualidade, as quais tem envolvido público de todas as idades (crianças, pais, avós, encarregados de educação, professores...) e das quais destacamos os “ateliers”, a atividade “Dormir com Livros”, o concurso de leitura “Ler Portel”, as sessões de leitura, de poesia e de contos, as leituras dramatizadas e de teatro infantil, as ações de sensibilização e de informação, a apresentação de livros, as conversas com escritores de renome, as exposições;
- **Organização da programação cultural de referência no Auditório Municipal de Portel**, desde a projeção regular de cinema, passando por espetáculos e outras atividades de natureza educativa recreativa e cultural. Destacamos os concerto da Banda da Filarmónica Municipal Portelense, da Orquestra da Universidade de Évora, da Orquestra do Alentejo, da Banda da Força Aérea Portuguesa, do “Corelis”- Coro do Tribunal da Relação de Lisboa;
- **Com apoio significativo da autarquia foi inaugurado o Museu da Filarmónica Municipal Portelense**, um espaço dedicado inteiramente às memórias da sua banda filarmónica, dos seus sócios, músicos, maestros, diretores e de todos aqueles que fizeram parte da história desta coletividade;
- **Exposições de vária natureza** e índole artística (**pintura, fotografia, artesanato, coleções pessoais,...**) no Pavilhão Temático “A Bolota”, na Capela de Santo António e no Auditório Municipal.
- **Organização de diversas atividades** que contribuem para a melhoria do ensino e o sucesso escolar, tais como as comemorações do “**Mês da Criança**” e o programa “**Festa com Livros**”;
- **Início do projeto “CREMILDE – Conhecimento sobre Rodas**”, o qual visa promover o conhecimento científico na comunidade escolar do concelho de forma a criar condições para a inversão do ciclo de abandono e insucesso escolar no concelho. O programa é acompanhado por uma equipa técnica multidisciplinar e desenvolve as suas atividades de ensino experimental, de educação

ambiental e para a saúde, na unidade móvel devidamente equipada para o efeito;

- **Realização dos trabalhos de atualização da Carta Educativa do Concelho de Portel** e de elaboração do Plano Municipal para a Educação, através da prestação de serviços da Universidade de Évora;
- **Atividades gratuitas da Escola Municipal de Artes do Espetáculo**, tais como teatro, ballet, sevilhanas, hip-hop, dança contemporânea, ginástica e aulas de natação;
- **Diversas atividades da Universidade Sénior de Portel**, de que destacamos a tuna, com a gravação de CD que reuniu as canções do seu repertório, o canto, o teatro, a dança, a costura e as passagens de modelos, a informática, a hidroginástica, a história local, as recriações históricas, a dança e as marchas populares e também os excelentes espetáculos e atividades de encerramento do ano letivo;
- **Funcionamento e dinamização das Piscinas Municipais Cobertas e Descobertas**. Neste contexto organizou-se em Portel, nas Piscinas Municipais Cobertas, um **Festival/Encontro de Natação**, em que participaram para além dos jovens atletas de Portel, cerca de 80 atletas de outros concelhos do alentejo;
- As instalações do **Centro de Interpretação da Natureza e do Montado**, localizado na Ermida de S. Pedro, **receberam diversos visitantes** que ficaram alojados no local, tendo a autarquia proporcionado a estes jovens diversas atividades. Em colaboração com o CDOS – Comando Distrital de Operações de Socorro de Évora e a GNR foram realizadas algumas ações de vigilância de fogos florestais, por elementos do Exército Português, os quais ficaram posicionados e alojados neste ponto alto da Serra de Portel;
- **Apoios e colaboração** com as associações, paróquias, grupos desportivos, grupos corais e outras coletividades do concelho **através de subsídios financeiros, cedência de transportes e outros significativos apoios logísticos** em diversas iniciativas de índole cultural, desportiva e de lazer;
- **Apoios logísticos às Comissões de Festas** tornando possível a realização das festividades tradicionais em todas as freguesias do concelho;
- **Vários eventos e espetáculos apoiados e/ou organizados pela autarquia** os quais durante o ano tiveram um elevado envolvimento da população, das associações e dos jovens e de que destacamos, o “Mês da Música”, o “Mês da Juventude”, o “Festival Portel +Jovem”, o “Festival Internacional de Música de Portel”, o qual se estendeu a algumas freguesias do concelho, com concertos de música de câmara nas suas igrejas, a prova do “Campeonato Nacional de Mini-Golfe” (ADA), a “II Concentração Motard” (Moto clube de Portel), o “II Trail da Serra de Portel” (Núcleo do SCP), o “II Torneio de Futvolei” (GDP), a “Taça Amizade em Futebol de 11”, a “Prova Alqueva de Pesca Embarcada ao Achigã”, o “18.º Passeio BTT Trigo”(Clube BTT Os Gasparinhos), a Gala “Miss GDP”, o projeto “Trees for the World - Árvores para o Mundo” (plantação de árvores autóctones em locais públicos de lazer pelo Agrupamento de Escuteiros 979 de Portel), a 4.ª edição do “48H de Voluntariado” (a ação de limpeza e recolha de lixo nas bermas das estradas realizada pelo Agrupamento de Escuteiros 979 de Portel), a 45.º Exposição Distrital de Columbofilia do Distrito de Évora (incluiu a entrega dos prémios distritais da campanha de 2018 (Clube Columbófilo Padre Manuel Lima de Monte do Trigo),
- **Apoio e colaboração na realização do evento internacional de orientação pedestre, “Portugal “o” Meeting/2018”**, em colaboração com Federação Internacional de Orientação, o qual decorreu em Portel e em São Bartolomeu do Outeiro e que contou com a participação de cerca de três mil pessoas, entre atletas e acompanhantes;
- **Apoio na realização do Campeonato Europeu Sénior de Mini-Golfe**, que decorreu nos campos da modalidade do Parque do Rossio, em colaboração com a ADA – Associação de Desenvolvimento, Ação Social e Defesa do Ambiente e a Federação Portuguesa de Mini-Golfe, o qual envolveu, para além de Portugal, as equipas da Alemanha, Áustria, Bélgica, Finlândia, Hungria, Itália, República Checa, Suécia e Suíça, num total de cerca de 120 atletas;

- **Apoio na viagem** do grupo de cante alentejano do nosso concelho, “Os D.^a Zéfinha”, na sua deslocação à **Casa do Alentejo, em Toronto, Canadá**;
- **Apoio e participação financeira**, em colaboração com Federação Portuguesa de Ciclismo e a Podium Events, na **80.^a Volta a Portugal em Bicicleta**, a qual este ano integrou uma passagem por Vera Cruz e por Portel;
- **Realização em Portel**, em colaboração com a CIMAC - Comunidade Intermunicipal do Alentejo Central e a AAE - Associação de Atletismo de Évora, da prova de atletismo “**Critério de Corta Mato Paulo Guerra**”; A autarquia colaborou ainda com a CIMAC na organização da **Gala do Desporto do Alentejo**, bem como na edição anual da **Festa da Malha**;
- **Colaboração e apoio financeiro** a lançamentos e a edições de livros da autoria de jovens promissores escritores portelenses;
- **Realização**, no Estádio Municipal de D. Nuno Álvares Pereira, **das finais de futebol de 11 da “Taça do Distrito de Évora”** (escalões de juvenis e juniores), **da final da “Supertaça de Futebol de 11 do Distrito de Évora”** (escalão sénior) e do **encontro de futebol de 11 (sénior) entre as seleções distritais de Beja e de Évora**, todas em colaboração com o Grupo Desportivo de Portel e a Associação de Futebol de Évora;
- **Realização**, no Pavilhão Gimnodesportivo Municipal de Portel, das finais da “**Supertaça de Futsal do Distrito de Évora**” (escalões de benjamins, infantis, iniciados, juvenis, juniores masculinos e séniores femininos e masculinos), em colaboração com a Associação de Futebol de Évora;
- **Apoio e colaboração** na realização da “**12.^a Gala do Futebol Distrital**”, a qual homenageou e reconheceu clubes, atletas e outros agentes desportivos que se destacaram na época desportiva 2017/2018. Este evento, que reuniu cerca de 400 participantes, teve lugar no Pavilhão Gimnodesportivo Municipal de Portel, em colaboração com a AFE - Associação de Futebol de Évora;
- **Apoio e organização de diversos seminários e colóquios** sobre variados temas, quer por iniciativa da autarquia quer em colaboração com outras entidades e que destacamos:
 - **a sessão de esclarecimento sobre “A Prevenção do Cancro do Intestino”**, realizada no Auditório da Biblioteca Municipal, em colaboração com a Farmácia Fialho, de Portel;
 - **colóquio “Desafios e Possibilidades na Relação com as Crianças”**, realizada no Auditório Municipal de Portel, em colaboração com a Fundação Dias de Carvalho e a ADA – Associação de Desenvolvimento, Ação Social e Defesa do Ambiente;
 - **cedência do transporte** dos utentes do concelho para o **Rastreio do Cancro da Mama**, em colaboração com a Liga Portuguesa Contra o Cancro;
- **Apoio ao programa “Diabetes em Movimento”**, em parceria com o ACES do Alentejo Central e o UCSP de Portel. Este programa comunitário de exercício físico, para pessoas com diabetes tipo 2, visa melhorar o controlo metabólico, reduzindo o risco cardiovascular e aumentando a funcionalidade e a qualidade de vida;
- **Apoios logísticos e subsídios financeiros** às Associações de Solidariedade Social (IPSS's) do concelho; e colaboração em campanhas de ajuda e de angariação de produtos aos mais carenciados;
- **Atribuição de benefícios aos titulares do “Cartão do Idoso +MAIS”** e que têm o seu maior significado na comparticipação de medicamentos e no apoio financeiro para as “caianças” das suas habitações;
- **Distribuição do “Cabaz de Natal”**, na época natalícia, a todos os beneficiários do cartão municipal do idoso, constituído essencialmente por géneros alimentícios;
- **Organização da Festa/Almoço de Reformados** do concelho, a qual decorreu num ambiente de excelente convívio e animação, envolvendo cerca de 700 idosos;
- **Implementação do PMOTJ - Programa Municipal de Ocupação Temporária de Jovens**, destinado a jovens do concelho de Portel, entre os 18 e os 25 anos, desempregados ou à procura do primeiro

emprego, os quais colaboram e exercem atividades socialmente úteis em todas as freguesias do concelho. Este programa, a par da época normal, também integra uma época especial nas férias de verão, destinada a ocupar durante um mês todos os jovens do concelho, entre os 18 e os 25 anos, que assim o desejarem;

- **Comemorações e festas populares do “25 de Abril”**, assinalando-se ainda durante este ano outras comemorações e evocações, com espetáculos e atividades diversas, das quais **destacamos o “Dia da Criança**, o **“Dia Mundial do Teatro”**, o **“Dia Internacional da Mulher”**, o **“Dia Mundial da Luta Contra a Obesidade”**, o **“Dia Internacional da Síndrome de Angelman”**, o **“Dia Mundial da Alimentação”**, o **“Dia Mundial da Dança”**;
- **Organização dos eventos “Congresso das Açordas”**, o qual, a par da animação, valoriza e divulga um dos pratos mais tradicionais da gastronomia do concelho, **“Música ao Largo”**, que levou a todas as freguesias do concelho espetáculos de fado e de música tradicional, **“Serões nos Claustros”**, que teve lugar na Cerca de S. Paulo e que proporcionou diversos registos artísticos, inovadores, alternativos e intergeracionais, do **“Festival Internacional de Folclore”** e da **“PortelAves”**, integrados no programa **“Agosto em Festa”**, que para além de exposições, espetáculos musicais e muita animação incluiu a Mostra e Feira de Atividades Económicas, o Concurso do Mel e a Feira do Livro;
- **Organização da “Feira do Montado”**, bem como dos aspetos logísticos necessários às iniciativas que lhe estão associadas de carácter comercial, gastronómico, desportivo, recreativo, cultural, técnico e científico e de animação. Na inauguração do certame esteve presente o **Sr. Ministro da Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural, Luís Capoulas Santos** e na sessão de abertura da Jornadas Ibéricas do Montado, integradas no evento, contámos com a participação do **Sr. Secretário de Estado das Florestas, Miguel Freitas**;
- **Participação** da autarquia na **“BTL – Feira Internacional do Turismo”**, em Lisboa, na **“Olivomoura-Feira Nacional de Olivicultura”**, em Moura, na **“Feira de Saberes e Sabores da Raia”**, em Mourão, na **“FICOR - Feira Internacional da Cortiça”**, em Coruche, na **“Feira de São João”**, em Évora, na **“Ovibeja”** em Beja e na **“Feira do Gurumelo”** em Vila Nueva del Fresno – Espanha e ainda em outros certames da mesma natureza promovidos por diversas entidades e municípios, tendo em vista a promoção e divulgação das potencialidades e atividades do nosso concelho; Na Ovibeja autarquia recebeu, no seu stand institucional, a visita de Sua Excelência, o Presidente da República, Dr. Marcelo Rebelo de Sousa;
- **Implementação e concretização de medidas de CEI - Contratos de Emprego Inserção**, em colaboração com o IEFP-Instituto de Emprego e Formação Profissional, tendo em vista promover a empregabilidade de pessoas em situação de desemprego. Também em colaboração com este instituto público assegurou-se o **funcionamento do GIP - Gabinete de Inserção Profissional**;
- **A colaboração com a DECO-Évora**, através do **Gabinete de Apoio ao Consumidor**, proporcionando aos munícipes um atendimento jurídico gratuito que presta informações e apoio na resolução de conflitos de consumo e em situações de sobre-endividamento das famílias;
- **O apoio no desenvolvimento** do projeto intermunicipal **“Grande Rota do Montado”**, em colaboração com a CIMAC, e o qual envolve a criação de percursos de natureza, pedestres;
- **A continuidade de uma recolha de resíduos sólidos urbanos** e dos serviços de **abastecimento de água** para consumo público, com qualidade;
- **A realização de trabalhos de corte de vegetação**, de limpeza de bermas e de valetas nas estradas da responsabilidade do município bem como a execução de diversos melhoramentos e intervenções de **conservação e beneficiação dos caminhos agrícolas** em todas as freguesias;
- A intervenção profunda de **limpeza e desmatização da linha de água da Horta do Nora** em Amieira.
- **A manutenção do apoio aos Bombeiros Voluntários de Portel** destacando-se ainda o

financiamento por parte do município, **da EIP** - Equipa de Intervenção Permanente, a qual conta **com 5 bombeiros em regime de permanência**;

- A autarquia assegurou, com financiamento próprio, o **funcionamento da equipa de Sapadores Municipais**;
- Elaboração e aprovação do **PMDFCI - Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios** e início dos trabalhos de **concretização do PMEPC - Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil**, bem como a divulgação e sensibilização sobre as ações preventivas, necessárias e obrigatórias, no âmbito da prevenção dos fogos florestais;
- **Continuidade dos trabalhos de “Modernização Administrativa”** que visam a desmaterialização e informatização de processos e procedimentos administrativos municipais;
- **Promoção de ações de formação** aos funcionários e colaboradores da autarquia nas diversas áreas de intervenção municipal;
- **Integração e regularização** dos trabalhadores municipais com vínculos precários, acompanhados com processos de descongelamento e de mobilidade de carreiras, cumprindo com a legislação laboral em vigor;
- **Organização do jantar anual de Natal** para trabalhadores e colaboradores do município, respetivas famílias, aposentados e eleitos, num animado convívio e confraternização, entregando ainda prendas às crianças filhos de trabalhadores;
- **Realização das iluminações de Natal** nas principais ruas do centro histórico de Portel. A autarquia, de acordo com a sua disponibilidade material e humana, colaborou ainda nas iluminações natalícias das freguesias que o solicitaram;
- **Colaboração e apoio às Juntas de Freguesia** para a realização de obras e iniciativas de índole diversa, garantindo-se também a continuidade das **transferências financeiras** previstas nos contratos interadministrativos de delegação de competências. A autarquia **colaborou ainda**, com as freguesias que o solicitaram, nos diferentes **desfiles de marchas populares**;
- **Colaboração com as Juntas de Freguesia** e outras entidades que promoveram neste verão diversas **atividades de tempos livres** garantindo gratuitamente o transporte das crianças para as piscinas municipais;
- **Colaboração** com a Junta de Freguesia de Portel, e com as coletividades e instituições participantes, no **Cortejo de Carnaval de Portel**;
- **Manutenção**, duas vezes por semana, do **transporte público dos munícipes** de Alqueva e Amieira para Portel e regresso, bem como de S. Bartolomeu do Outeiro para a sede do concelho, uma vez por semana;

3.4 Outras atividades

Torna-se necessário também mencionar neste relatório muitas atividades do executivo municipal que, embora não tendo por vezes uma expressão orçamental visível, se tornaram durante este ano bastante importantes para o bom desempenho da atividade municipal. Assim:

- na Sala de Sessões da Câmara Municipal foi realizada a **Cerimónia de Assinatura do Contrato de Empreitada de “Conceção - Construção das ETAR’s de Monte do Trigo, Santana, São Bartolomeu do Outeiro e Vera Cruz”**, a qual contou com a presença do **Secretário de Estado do Ambiente, Carlos Martins**, bem como a administração das Águas do Vale do Tejo e o representante do empreiteiro que irá executar as obras;
- No seguimento das reivindicações da autarquia junto do Instituto da Segurança Social foram **reforçados os serviços de atendimento local de ação social** através da afetação, em regime permanente, de uma Técnica Superior de Serviço Social;
- **Início do processo para implementar no concelho a Comissão de Proteção a Crianças e Jovens**

(CPCJ), em articulação com as diversas entidades e instituições;

- **Aprovação do Regulamento do Orçamento Participativo Municipal**, o qual prevê que o executivo venha a disponibilizar uma parte do orçamento municipal para ser utilizado em projetos que sejam propostos pelos munícipes, instituições ou associações do concelho;
- **Homologação**, em Portel, pela **Sra. Secretária de Estado do Turismo, Dra. Ana Mendes Godinho**, do contrato de **financiamento do projeto de Construção da Praia Fluvial de Amieira**, através do Programa Valorizar - Linha de Apoio à Valorização Turística do Interior, assinado entre o Município de Portel, representado pelo Presidente da Câmara, e o Turismo de Portugal, representado pelo seu Presidente, Dr. Luís Araujo;
- **Assinatura** em Évora, na CCDRA, **do contrato - programa no âmbito do Programa de Beneficiação de Equipamentos Municipais (BEM)**, o qual enquadra o financiamento do projeto de “Beneficiação do Parque Desportivo Municipal de Portel”, uma obra tem em vista a construção da pista de atletismo, de um recinto polidesportivo, novas instalações sanitárias e uma intervenção geral nos arranjos exteriores e na melhoria das acessibilidades daquele espaço desportivo. A cerimónia, contou com a presença **do Sr. Secretário de Estado das Autarquias Locais, Carlos Miguel e do Sr. Secretário de Estado da Valorização do Interior, João Paulo Catarino**;
- **Celebração**, em Portel, em colaboração com a Liga dos Bombeiros Portugueses, **do Dia Nacional do Bombeiro Português**, em cuja cerimónia, foi evocado o importante papel dos bombeiros de Portugal no desempenho das suas funções e atribuído o prémio de Bombeiro de Mérito, e respetivas menções honrosas, a diversas individualidades e entidades que se distinguiram pela sua conduta, no ano de 2017, em prol da causa dos bombeiros, com especial destaque para os bombeiros de Castanheira de Pêra e de Pedrogão Grande. Nestas cerimónias que decorreram com grande dignidade, para além do Executivo da Câmara Municipal de Portel, estiveram presentes várias individualidades responsáveis pelas áreas dos bombeiros e da proteção civil, e das quais destacamos **o Sr. Ministro da Administração Interna, Dr. Eduardo Cabrita, o Sr. Secretário de Estado da Proteção Civil, Dr. José Artur Neves e o Sr. Presidente da Liga de Bombeiros Portugueses, Comandante Jaime Marta Soares**;
- **Realização** no Salão Nobre da Câmara Municipal da **1.ª reunião** com diversas entidades responsáveis para a criação do Grupo de Intervenção Local na área do consumo abusivo do álcool e no âmbito da plataforma regional **GIRA – Grupo de Intervenção – Ação sobre os Riscos do Álcool**;
- **Realização** em São Pedro - Centro de Interpretação da Natureza e do Montado, de **um encontro** das “Tertúlias do Montado”, em colaboração com o ICAAM – Instituto de Ciências Agrárias e Ambientais Mediterrânicas da Universidade de Évora e subordinado ao tema **“Cenários de alterações climáticas e forma de adaptação da gestão em montados”**, o qual reuniu cerca de 40 participantes, entre investigadores, alunos, produtores e responsáveis regionais na área dos montados;
- **Colaboração com a APF Alentejo - Associação para o Planeamento da Família do Alentejo no intercâmbio realizado no nosso concelho entre 30 jovens de diferentes países da Europa** (Chipre, Malta, Itália Grécia e Portugal) os quais foram recebidos nos Paços do Concelho e ficaram instalados no Hostel de Alqueva. Esta visita decorreu no âmbito do projeto “4equality” cujo objetivo é promover a cidadania ativa, o diálogo intercultural e a inclusão social de jovens com menos oportunidades;
- Com a colaboração da autarquia **decorreu na Biblioteca Municipal de Portel**:
 - **uma ação de formação e reunião de trabalho** de colaboradores do Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF);
 - em colaboração com o Instituto da Segurança Social, **uma sessão de informação “MAISSEGURANÇA”**, dirigida aos estabelecimentos de apoio social dos concelhos de Portel e de

Viana do Alentejo, que permitiu a reflexão e esclarecimento sobre normas de segurança nas atividades de apoio social.

- uma **reunião de cooperação entre os comandos territoriais da GNR** - Guarda Nacional Republicana de Évora, Castelo Branco e Portalegre e da Guarda Civil Espanhola de Cáceres e Badajoz. Após a reunião e com a colaboração e acompanhamento da autarquia os presentes tiveram a oportunidade de visitar o Pavilhão a “Bolota” e a Central de Produção Hidroelétrica de Alqueva;
- **Manutenção do diálogo aberto com os trabalhadores da autarquia** e os seu representantes sindicais com vista a melhorar as suas condições de trabalho;
- **O Município de Portel participou:**
 - em Évora, na “10.ª Reunião Executiva da Candidatura do **Montado a Património da Humanidade**”;
 - em Reguengos de Monsaraz, na reunião para apresentação das propostas de **candidatura ao PROVERE para Alqueva**;
 - em Évora, na sessão de **informação sobre o “Portugal 2020”** no âmbito das candidaturas para a construção de equipamentos sociais.
- **O Presidente da Câmara Municipal foi eleito Vice-presidente da Secção de Municípios com Barragens**, da ANMP - Associação Nacional de Municípios Portugueses, durante a a primeira reunião plenária que se realizou na sede daquela associação, em Coimbra;
- **O Município de Portel e o seu evento “Congresso das Açordas” foi distinguido** pela ERT – Entidade Regional de Turismo do Alentejo/Ribatejo **com uma Menção Honrosa**, prémio atribuído em cerimónia pública que se realizou no Centro Cultural de Montargil, e que classificou aquele certame como Melhor Evento Gastronómico do Alentejo, quer pela sua organização, quer pelo desenvolvimento e preservação de um património gastronómico, e que a autarquia tem sabido valorizar e promover ao longo destes anos;
- **O Município de Portel recebeu** no concelho uma Delegação do Grupo Parlamentar do PS - Partido Socialista por ocasião das **Jornadas Parlamentares** daquele partido que decorreram nos distritos de Évora e de Beja;
- **O Presidente da Câmara Municipal esteve presente.**
 - na sessão pública sobre a **revisão do PROFAlentejo** - Programa Regional de Ordenamento Florestal do Alentejo, realizada na Universidade de Évora e a qual contou com a presença do **Sr. Secretário de Estado das Florestas e do Desenvolvimento Rural, Miguel Freitas**;
 - na sessão de **lançamento da Plataforma Portuguesa da Infraestrutura Europeia para as Ciências do Património (ERIHS)**, que teve lugar em Évora, com a presença do **Sr. Ministro da Cultura, Luís Castro Mendes e o Sr. Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, Manuel Heitor**;
 - na cerimónia de abertura do **43.º Campeonato Nacional da Profissões (Skills Portugal)**, em Évora, promovido pelo IEFP - Instituto de Emprego e Formação Profissional, e na qual esteve presente o **Sr. Ministro do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, Vieira da Silva**;
 - na **reunião de trabalho com o Sr. Secretário de Estado do Ambiente, Carlos Martins**, realizada em Évora, na CIMAC - Comunidade Intermunicipal do Alentejo Central, e na qual foram abordados temas **no âmbito do PO SEUR–Programa Operacional “Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos”**, das redes de abastecimento de água, do tratamento de resíduos urbanos e de águas residuais, entre outros;
 - no seminário **“Contributos do Alentejo para a Revisão do PERSU 2020”**, que teve lugar na Biblioteca Municipal de Cuba;
 - no **“14.º Congresso da Água”**, organizado pela APRH - Associação Portuguesa de Recursos

Hídrico, o qual teve lugar em Évora, com a presença do **Sr. Secretário de Estado do Ambiente, Eng.º Carlos Martins;**

- no **Conselho Geral da ANMP** - Associação Nacional de Municípios Portugueses, em Coimbra, no qual se analisou o processo de descentralização de competências para as autarquias;
- na **apresentação da Reprogramação Financeira do Portugal 2020**, em Lisboa, e que contou com a presença do **Sr. Primeiro Ministro, António Costa e do Sr. Ministro do Planeamento e das Infraestruturas, Pedro Marques;**
- na **Cerimónia de Tomada de Posse**, para o novo mandato, da Reitora da Universidade de Évora, **Professora Doutora Ana Costa Freitas;**
- na **Gala do Desporto do Alentejo Central**, organizada pela CIMAC–Comunidade Intermunicipal do Alentejo Central em Estremoz, e na qual foram distinguidos, na área do atletismo - Desporto Escolar, 2 jovens atletas do concelho, alunos da EB 2,3 D. João de Portel;
- na **celebração do “Dia Nacional da Segurança Social”**, em Évora, a qual contou com a presença do **Sr. Ministro do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, Dr. José António Vieira da Silva;**
- na cerimónia de **"Apresentação do Relatório Final do Movimento pelo Interior"**, em Lisboa, na qual estiveram presentes o **Sr. Primeiro Ministro, Dr. António Costa e Sua Excelência, o Presidente da República, Dr. Marcelo Rebelo de Sousa;**
- no **seminário de discussão pública da proposta de alteração ao PNPO** - Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território, em Évora, cuja sessão contou com a presença do **Sr. Ministro da Administração Interna, Dr. Eduardo Cabrita, do Sr. Ministro do Ambiente, Eng. João Pedro Fernandes, do Sr. Secretário de Estado do Ambiente, Eng.º Carlos Martins e da Sra. Secretária de Estado do Ordenamento do Território e Conservação da Natureza, Dra. Célia Ramos;**
- na **Sessão de Apresentação Pública da Plataforma Cultural e Criativa do Alentejo Central**, em Évora, presidida pelo **Sr. Secretário de Estado da Cultura, Miguel Honrado;**
- no **Conselho Geral da ANMP** - Associação Nacional de Municípios Portugueses, em Coimbra, no qual se analisou o processo de descentralização de competências para as autarquias;
- no **Conselho Regional da CCDRA** - Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo, em Évora;
- na Sessão Pública de **Assinatura do Contrato de Financiamento do Projecto “Wi-fi Turismo Alentejo Central”**, em Évora, presidida pela **Sra. Secretária de Estado do Turismo, Ana Mendes Godinho**. Este projeto Intermunicipal, entre os 14 concelhos do distrito de Évora, a Turismo do Alentejo, ERT e a CIMAC-Comunidade Intermunicipal do Alentejo Central, prevê a disponibilização de locais de cobertura Wifi públicos gratuitos em zonas e eixos de frequência turística;
- na **Cerimónia de Inauguração do Novo Posto Territorial da GNR**, em Alandroal, presidida pelo **Sr. Ministro da Administração Interna, Eduardo Cabrita;**
- no **143.º aniversário do Comando Distrital da PSP** - Polícia de Segurança Pública, presidida pelo **Diretor Nacional da PSP, Superintendente-Chefe Luis Peça Farinha;**
- nas cerimónias de celebração dos **311 anos do Regimento de Cavalaria 3 de Estremoz**, em Vila Viçosa, presididas pelo **General Chefe do Estado Maior do Exército, Rovisco Duarte;**
- na **cerimónia de tomada de posse do novo Arcebispo de Évora, D. Francisco Senra Coelho**, que teve lugar na Sé Catedral de Évora;
- na **Cerimónia de Transferência de Comando do Comando Territorial de Évora da GNR**, em Évora, na qual tomou posse o novo comandante Coronel Joaquim Grenho. Este novo comandante reuniu com o executivo autárquico onde foram abordados diversos assuntos relacionados com as

- ações destas forças de segurança na zona territorial da GNR no concelho;
- na **Cerimónia Militar do Dia da Unidade do Comando Territorial de Évora** da GNR, na **Cerimónia de Promoção a Bombeiro Voluntário dos estagiários** que frequentaram a Escola de Formação de Bombeiros 2017/2018, em Évora e nas **cerimónias comemorativas do Dia da Universidade de Évora**;
 - na CIMAC - Comunidade Intermunicipal do Alentejo Central, em Évora, na **reunião realizada com a Secretária de Estado Adjunta e da Administração Interna, Dr^a Isabel Oneto sobre a implementação do voto eletrónico**, em processo piloto, no Alentejo Central, nas próximas eleições para o Parlamento Europeu;
 - Com o objetivo de diversificar e disponibilizar num único local os meios de acesso aos serviços públicos da administração central, tornando-os mais acessíveis para as populações isoladas do interior, e **no âmbito do projeto Espaço Cidadão Móvel (EC Móvel)** em colaboração com a AMA – Agência para a Modernização Administrativa, **esteve presente em todas as freguesias do concelho de Portel uma viatura devidamente equipada com computadores e ligações móveis** e que disponibilizou às populações os referidos serviços públicos nas áreas da saúde, da segurança social, do emprego, dos transportes, da justiça e da fiscalidade;
 - O Município participou em **outras reuniões e fóruns** onde foram debatidos, discutidos e questionados as áreas de intervenção relacionadas com as diferentes atividades e competências das autarquias locais e os vários domínios passíveis de intervenção e financiamento no novo quadro comunitário “Portugal2020” e “Alentejo – 2020” e desenvolvendo projetos concelhios e intermunicipais.

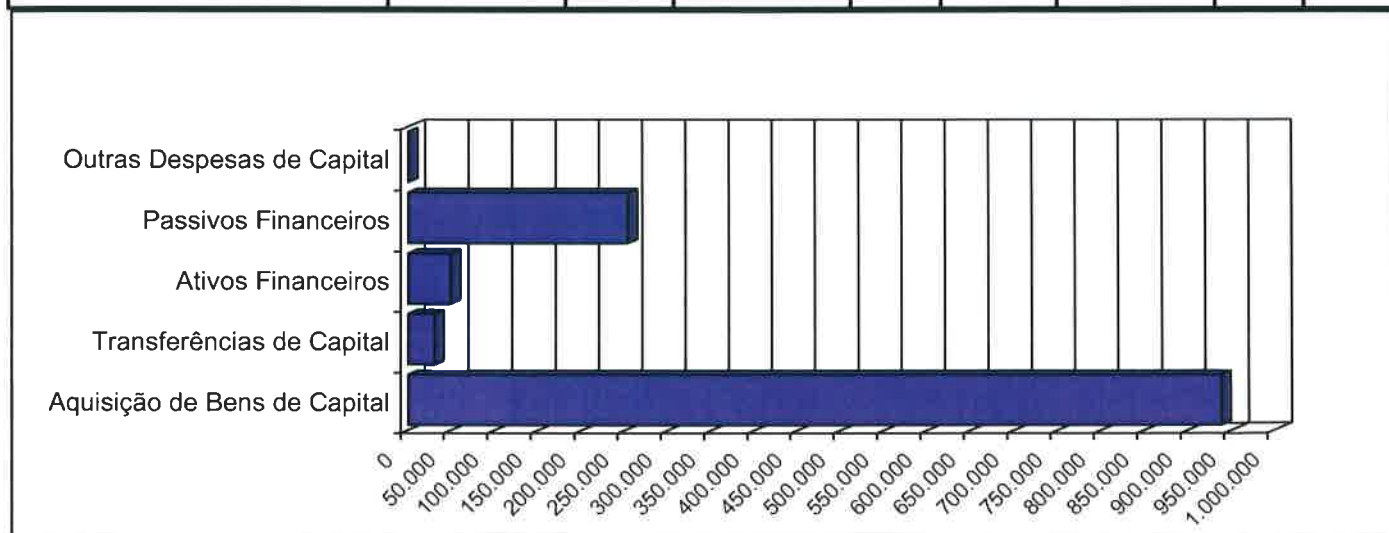
3.5 Despesas de Capital

As despesas de capital da autarquia constituem em geral os investimentos do município e surgem detalhadas em diversos itens económicos que podemos analisar a partir do quadro seguinte:

Quadro 9 - ESTRUTURA DAS DESPESAS DE CAPITAL

(em € - Euros)

DESPESAS DE CAPITAL	2016		2017		VARIACÃO 17/16 %	2018		VARIACÃO 18/17 %
	VALOR	%	VALOR	%		VALOR	%	
Aquisição de Bens de Capital	1.312.625,66	79,0%	1.718.330,59	81,3%	30,9%	938.368,10	73,8%	-45,4%
Transferências de Capital	19.194,66	1,2%	67.500,00	3,2%	251,7%	30.352,68	2,4%	-55,0%
Activos Financeiros	65.652,00	3,9%	65.652,00	3,1%	0,0%	49.239,00	3,9%	-25,0%
Passivos Financeiros	258.364,14	15,6%	260.948,83	12,4%	1,0%	253.116,02	19,9%	-3,0%
Outras Despesas de Capital	4.380,11	0,3%	0,00	0,0%	-100,0%	0,00	0,0%	-
TOTAL	1.660.216,57	100,0%	2.112.431,42	100,0%	27,2%	1.271.075,80	100,0%	-39,8%



Como já afirmámos, neste grupo de despesas é determinante o papel da aquisição de bens de capital (Investimento) o qual representa, no ano em curso, cerca de 73,8% do montante das despesas de capital, verificando-se uma diminuição em relação ao ano anterior de (-) 45,4%, aprox. (-) 800 mil euros.

A componente “ativos financeiros” representa a comparticipação do município no FAM - Fundo da Apoio Municipal e que equivale a 3,9% da totalidade das despesas de capital. Este montante, na sequência da Lei de Orçamento de Estado de 2018, verificou uma redução de (-) 25%, 16 mil euros, e continuará ter uma redução progressiva das contribuições da autarquia de 50%, 75% e 100% para os anos seguintes de 2019, 2020 e 2021, respetivamente.

As “transferências de capital”, incluem os valores transferidos para as associações e instituições sem fins lucrativos considerados como financiamento de bens de capital/investimento, nomeadamente o apoio aos Bombeiros Voluntários de Portel em equipamentos e apoios pontuais a coletividades e instituições sociais, considerados como investimentos. Estas despesas representam 2,4% da totalidade das despesas de capital e tiveram um decréscimo de aprox. (-) 37 mil euros em relação ao ano anterior. O valor destas transferências em cada ano é função dos projetos concretos das entidades e da capacidade de apoio da autarquia.

Os montantes pagos na rubrica “passivos financeiros” (amortizações de empréstimos a médio e longo prazo, e que serão analisados de forma mais detalhada no ponto 5. deste relatório) tiveram uma variação negativa, em relação ao ano anterior, de aprox. (-) 8 mil euros.

3.5.1 Estrutura dos bens de capital

Para análise detalhada das despesas incluídas na rubrica aquisição de bens de capital apresenta-se a sua subdivisão no quadro seguinte:

Quadro 10 - ESTRUTURA DA AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL

(em € - Euros)

AQUIS.BENS DE CAPITAL	2016		2017		VARIACÃO 17/16 %	2018		VARIACÃO 18/17 %
	VALOR	%	VALOR	%		VALOR	%	
Terrenos	2.204,80	0,2%	0,00	0,0%	-100,0%	0,00	0,0%	-
Habitacões	0,00	0,0%	0,00	0,0%	-	0,00	0,0%	-
Edifícios	291.362,08	22,2%	149.296,26	8,7%	-48,8%	431.907,42	46,0%	189,3%
Construções Diversas	645.559,42	49,2%	1.369.878,00	79,7%	112,2%	280.972,96	29,9%	-79,5%
Material de Transporte	191.356,28	14,5%	0,00	0,0%	-100,0%	28.668,13	3,1%	-
Maquinaria e Equipamento	124.431,31	9,5%	140.280,91	8,2%	12,7%	121.569,01	13,0%	-13,3%
Outros Investimentos	15.500,00	1,2%	2.427,40	0,1%	-84,3%	17.069,94	1,8%	603,2%
Locação Financeira	42.211,77	3,2%	56.448,02	3,3%	33,7%	58.180,64	6,2%	3,1%
TOTAL	1.312.625,66	100,0%	1.718.330,59	100,0%	30,9%	938.368,10	100,0%	-45,4%

Na componente “**Edifícios**”, que representa 46,0% do total do investimento autárquico, e que verificou um acréscimo em relação ao ano anterior de (+) 189,3%, (+) 288 mil euros, são de salientar as remodelações e beneficiações em edifícios da responsabilidade da autarquia, nomeadamente, e entre outras:

- **Início da execução das obras de remodelação e beneficiação da Escola EB 2,3 D. João de Portel.** Nesta obra os alunos utilizam equipamentos provisórios (contentores) de salas de aula, de WC’s e de Bar, os quais apoiam o funcionamento deste estabelecimento de ensino até à conclusão da referida intervenção. Foi também instalado provisoriamente, no antigo edifício da cantina escolar, o

- refeitório de apoio ao agrupamento de escolas e a respetiva cozinha, esta reforçada com a utilização de contentores devidamente adaptados para o fim a que se destina. A dignidade e qualidade destes equipamentos têm minimizado o transtorno e os incómodos que estas situações sempre provocam;
- **Obras de remodelação/beneficiação no Centro Social de Monte do Trigo** as quais tiveram em vista a ampliação do espaço do refeitório bem como a construção de espaço para arrumos e arrecadação, beneficiando ainda a lavandaria existente;
 - Início da execução das **obras para a construção da nova sede da Associação de Caçadores de Monte do Trigo**;
 - Obras de **arranjo do muro exterior do Hostel de Alqueva**, antigo edifício da Escola Primária;
 - **Conclusão das obras de reabilitação dos edifícios do Estaleiro Municipal do Rossio**, na zona industrial de Portel, sendo transferidos para estas instalações os serviços municipais de obras e de higiene urbana, dotando assim estes serviços de melhores condições de trabalho e consequentemente permitir servir com mais eficácia os nossos munícipes;
 - Diversas obras de **reparação, arranjos e manutenção em todos os edifícios escolares do concelho**;
 - **Obras conservação, manutenção e reposição de materiais** (equipamentos, iluminação, etc...) nos vários edifícios da responsabilidade da autarquia e **pequenas reparações** em edifícios de coletividades;
 - **Pagamento do projeto técnico de execução** da obra de ampliação do centro comunitário de Santana;

Quanto às "**Construções Diversas**", que correspondem a 29,9% da totalidade da despesa em bens de capital e que atingem o montante de aprox. 280 mil euros, é de realçar, entre outras;

- **Obras de construção de jardim no espaço em frente à nova igreja de Oriola**, o qual se destina a ser uma nova área de utilização pública da freguesia estando previsto, juntamente com o quiosque já concluído, a colocação de um parque infantil, mobiliário urbano, iluminação pública e a colocação de equipamentos de fitness ao ar livre;
- **Requalificação e beneficiação do espaço infantil situado no Parque da Matriz, em Portel**, a qual dotou aquele espaço de novas funcionalidades e melhores condições, nomeadamente através da colocação **de um novo piso** (substituição integral do pavimento existente em areia para piso tipo "borracha"), **requalificação total dos equipamentos** existentes e ainda a colocação **de equipamento inclusivo** destinado a crianças com incapacidade motora e de mobilidade;
- **Início dos trabalhos de construção civil da Praia Fluvial de Amieira**, nomeadamente a desmatação e a terraplanagem;
- **Obras de embelezamento no espaço do Quartel dos Bombeiros de Portel**, as quais incluíram:
 - **O lago decorativo e o monumento** a Santa Maria da Lagoa, padroeira da Vila de Portel, colocado frente ao edifício sede,
 - a **profunda requalificação** do espaço exterior do referido quartel através da sua total **repavimentação asfáltica**.
- **Construção das áreas de serviço de caravanas de Alqueva**, junto ao centro de convívio, e **de Portel**, junto ao quartel dos bombeiros e tribunal judicial. Estes espaços de utilização pública ficaram dotados com as condições básicas e necessárias à estadia e manutenção das viaturas daquela natureza.
- **Construção de zona ajardinada e de lazer, com mobiliário urbano adequado**, no espaço adjacente ao quartel de bombeiros, e que **serve de apoio aos utentes da estação de serviço de caravanas**;
- **As obras de requalificação total dos pavimentos, com calçada a cubo, nos arruamentos das freguesias do concelho**, destacando-se em Vera Cruz, a Rua do Pinheiro e Rua do Outeiro e em

S.B. do Outeiro a Travessa do Rossio e a rua de acesso ao antigo cemitério da freguesia

- **Conclusão da requalificação e reabilitação do Jardim do Quiosque do Rossio**, com novo mobiliário urbanos e instalação de um novo equipamento de parque infantil;
- **Aquisição e instalação de novas luminárias para a Rua de Évora**, em Monte do Trigo,
- **Execução dos trabalhos e instalação dos equipamentos de iluminação pública da Travessa das Vinhas**, em Oriola;
- **Aquisição de iluminação decorativa de natal**;
- **Aquisição e instalação de nova sinalética** de trânsito e de informação em espaços públicos,
- **Aquisição e colocação de árvores e plantas** em diversos espaços públicos ajardinados do concelho
- **Diversas obras de ampliação, de remodelação de beneficiação da rede de águas e esgotos em todas as freguesias** do concelho;
- **Trabalhos de manutenção nos polidesportivos e campos de futebol do concelho** (equipamentos desportivos, projetores, etc...);
- **As intervenções**, um pouco por todo o concelho; **de conservação e reposição de pavimentos e calçadas** bem como **de melhoria de iluminação pública** e de **manutenção de espaços públicos**. Neste âmbito a autarquia **executou um significativo trabalho de britagem de pedra de calçada** de refugo, que através dos tempos tinha sido levantada por todo concelho, utilizando este material britado e reciclado na requalificação de estradas e caminhos agrícolas, bem como em outras utilizações que se tornaram necessárias no âmbito das obras municipais.

A componente **“Material de Transporte”**, inclui, este ano de 2018, a **aquisição de dois veículos ligeiros de passageiros**, marca FIAT e **uma grande reparação no veículo pesado de mercadorias** afeto à higiene urbana e transporte de resíduos.

A rubrica **“Maquinaria e Equipamento”**, que representa 13,0% da estrutura dos bens de capital (aprox. 121 mil euros) e na qual se verifica um decréscimo de aprox. (-)18 mil euros em relação ao ano anterior, inclui:

- **Software para a mesa interativa** a instalar no Centro de Interpretação da Natureza e do Montado - S. Pedro, bem como **aquecedores a óleo** e **antenas de comunicação** para reforço do sinal informático naquele espaço;
- **Equipamento informático (“tablets”)** para o **projeto municipal de combate ao insucesso escolar CREMILDE**;
- **Equipamento de vigilância e segurança** para os estaleiros e armazéns municipais;
- **Diversos equipamentos e ferramentas** de apoio à atividade municipal na área da educação (cadeiras transporte escolar, jogos didáticos, quadros escolares, cabides,...), da construção civil, dos serviços de eletricidade e de mecânica (alicates, berbequins, escadas, escadotes, macaco hidráulico, chaves,...), do abastecimento de águas (eletro-bombas, aspiradores, contadores,...), da recolha de resíduos, higiene urbana e jardinagem (contentores, roçadoras,...), do audiovisual (teclado “Korg”, computadores, colunas, púlpitos, monitores/TV,...) das atividades culturais, recreativas e desportivas (colchões, tendas de eventos, redes desportivas de proteção, bandeiras e bases,...), entre outros;
- Diversos **equipamentos informáticos** (discos rígidos, computadores, monitores,...) e **software informático** (programas de computadores,...), bem como vários **equipamentos administrativos** (impressora, estantes, secretárias, cadeiras, desumidificadores, termo-acumulador, mobiliário diverso,...), entre outros, e que se destinam aos diferentes serviços e instalações municipais.

Na **“Locação financeira”** e **“Outros Investimentos”**, que representam este ano 8,0% das despesas de capital da autarquia e nas quais se verifica um valor sensivelmente superior ao do ano anterior, aprox. (+)

16 mil euros, estão englobadas as despesas com:

- A locação financeira referente ao **autocarro de passageiros**, de marca/chassis "SCANIA" com capacidade de 55 lugares e a correspondente ao autocarro de passageiros, de marca "IVECO", com capacidade de 32 lugares;
- Os pagamentos referente à **elaboração do PMDFCI** - Plano Municipal de Defesa da Floresta contra Incêndios e do **PMEPC** - Plano Municipal de Emergência e Proteção Civil e ainda o valor da **estátua de Sta. Maria da Lagoa**, colocada no espaço exterior do quartel dos bombeiros.

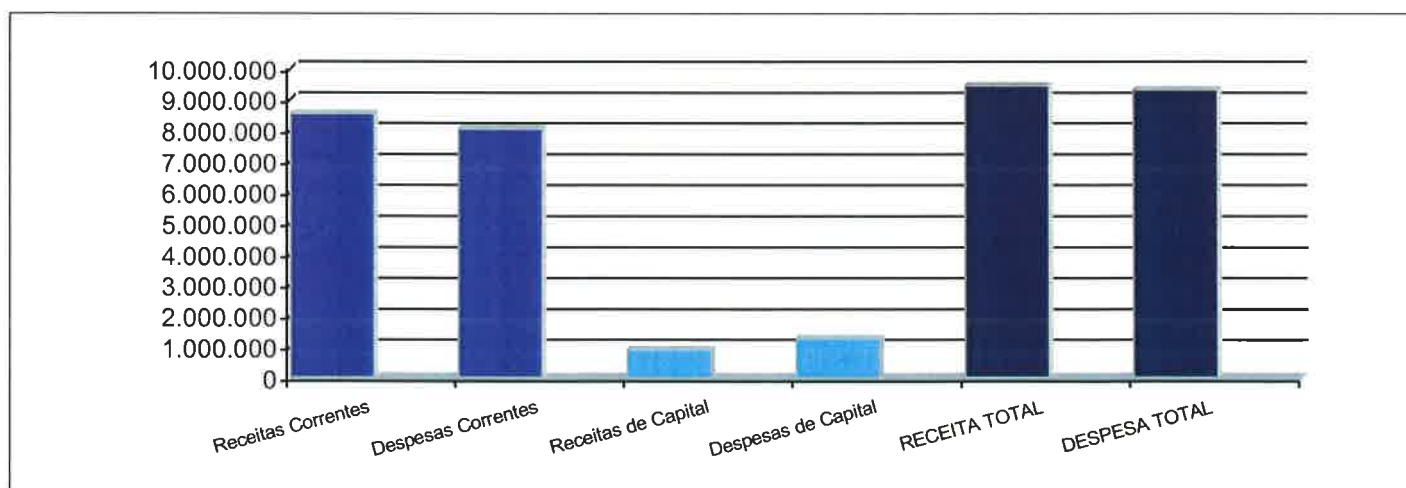
4. Equilíbrio Orçamental - Relação entre Receitas e Despesas

Esta análise tenta demonstrar o nível de equilíbrio entre as receitas e as despesas do município, isto é a capacidade das receitas cobrirem as despesas, e vem detalhada no seguinte quadro:

Quadro 11 - RELAÇÃO ENTRE RECEITAS E DESPESAS

(em € - Euros)

DESIGNAÇÃO	2016			2017			2018		
	VALOR	Nível de Cobertura da Despesa	Saldo Orçamental	VALOR	Nível de Cobertura da Despesa	Saldo Orçamental	VALOR	Nível de Cobertura da Despesa	Saldo Orçamental
Receitas Correntes	7.979.276,65	110,1%	728.950,84	8.519.251,77	112,1%	920.926,97	8.540.171,36	106,3%	505.041,71
Despesas Correntes	7.250.325,81			7.598.324,80			8.035.129,65		
Receitas de Capital	1.475.307,77	88,9%	-184.908,80	795.026,14	37,6%	-1.317.405,28	904.483,39	71,2%	-366.592,41
Despesas de Capital	1.660.216,57			2.112.431,42			1.271.075,80		
RECEITA TOTAL	9.454.584,42	106,1%	544.042,04	9.314.277,91	95,9%	-396.478,31	9.444.654,75	101,5%	138.449,30
DESPESA TOTAL	8.910.542,38			9.710.756,22			9.306.205,45		



No ano em curso as receitas correntes são superiores às despesas correntes assinalando um ligeiro desequilíbrio, (+) 6,3%, e que se reflete num saldo orçamental corrente positivo de cerca de 505 mil euros. Ao contrário, no grupo das receitas e despesas de capital as receitas apresentam um valor inferior em relação às despesas, (-) 28,8%, e que se reflete num saldo orçamental de capital negativo de aprox. (-) 366 mil euros.

No global as receitas totais são superiores às despesas totais, implicando um saldo orçamental positivo de aprox: (+) 138 mil euros, o que se refletiu no aumento do saldo da gerência para o ano seguinte. Esta situação, em que se controlam as disponibilidades de tesouraria do município e em que se utiliza receita

corrente em despesa de capital (investimento), continua a demonstrar um verdadeiro equilíbrio durante a execução do orçamento e na assunção de compromissos.

Assim, prevê-se que a longo prazo, continuando com esta política de um controlo efetivo da despesa versus receita, complementada com a disponibilidade dos saldos orçamentais que transitam do exercício económico anterior, está garantida a estabilidade financeira da autarquia possibilitando a continuidade do investimento direcionado para as necessidades e aspirações das populações, no que se refere ao desenvolvimento económico, à melhoria da qualidade de vida e à organização e gestão dos serviços municipais.

Com a nova lei das finanças locais, a partir de janeiro de 2014, foi definida uma nova regra para análise do cumprimento do equilíbrio orçamental, nomeadamente, que “a receita corrente bruta cobrada seja maior ou igual à despesa corrente acrescida das amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazo”. Esses cálculos e respetiva análise são evidenciados no quadro seguinte:

Quadro 12 - EQUILÍBRIO ORÇAMENTAL

(em € - Euros)

DESIGNAÇÃO		2016	2017	2018
		VALOR	VALOR	VALOR
1.	Receita Corrente bruta cobrada	7.979.276,65	8.519.251,77	8.540.171,36
2.	Despesa Corrente	7.250.325,81	7.598.324,80	8.035.129,65
3.	Amortização média de emp. M/L.Prazo	267.595,66	267.595,66	267.595,66
4. = 2. (+) 3.	TOTAL	7.517.921,47	7.865.920,46	8.302.725,31
5. = 1. (-) 4.	EQUILÍBRIO ORÇAMENTAL	461.355,18	653.331,31	237.446,05
6.	Receita Corrente líquida	7.979.212,55	8.519.200,95	8.539.771,36
7. = 6. (x) 5%	5% do valor da receita corrente totais	398.960,63	425.960,05	426.988,57
8. = 5. (+) 7.	Equilíbrio Orçamental	860.315,81	1.079.291,36	664.434,62
		CUMPRIMENTO	CUMPRIMENTO	CUMPRIMENTO

Face aos valores apurados concluímos que se verifica e se cumprem as regras de equilíbrio orçamental com uma diferença negativa quando comparado com os valores dos anos anteriores.

5. Evolução do endividamento, do serviço da dívida e da dívida a fornecedores

A análise da situação e evolução de endividamento do município (empréstimos de médio e longo prazo e contratos de locação financeira) bem como do serviço geral desta dívida (amortizações e juros anuais) e da dívida a fornecedores (bens e serviços adquiridos e ainda não pagos) são bastante importantes pois demonstram o nível de comprometimento financeiro da autarquia a ter em conta no próximo ano e nos anos futuros.

5.1 Dívida de Empréstimos

A evolução da dívida do município em empréstimos de M./L.Prazo durante os últimos três anos é exposta no seguinte quadro:

Quadro 13 - EVOLUÇÃO DO ENDIVIDAMENTO de 2016 / 2018

(em € - Euros)

FINALIDADE DO EMPRÉSTIMO	CAPITAL		VARIAÇÃO		CAPITAL		VARIAÇÃO	
	EM DÍVIDA	EM DÍVIDA	17/16		EM DÍVIDA	18/17		
	31-12-2016	31-12-2017	VALOR	%	31-12-2018	VALOR	%	
Danos Intempéries - (1998/2018)	69.418,12	29.750,62	-39.667,50	-57,1%	0,00	-29.750,62	-100,0%	
Projetos de Investimento - (2002/2022)	592.377,88	495.023,30	-97.354,58	-16,4%	396.967,63	-98.055,67	-19,8%	
Escola do Ensino Básico Portel - (2005/2025)	387.496,72	346.707,60	-40.789,12	-10,5%	305.918,48	-40.789,12	-11,8%	
Biblioteca, EM 538 e Req. Urb. de Alqueva - (2007/2027)	627.083,19	568.749,87	-58.333,32	-9,3%	510.416,55	-58.333,32	-10,3%	
Capela e Casa Mortuária de Oriola - (2012/2027)	382.268,91	357.464,60	-24.804,31	-6,5%	331.277,31	-26.187,29	-7,3%	
TOTAL	2.058.644,82	1.797.695,99	-260.948,83	-12,7%	1.544.579,97	-253.116,02	-14,1%	

A dívida de médio e longo prazo com empréstimos obtidos diminuiu (-) 14,1%. Uma parte significativa da dívida compreende o financiamento dos “Projetos de Investimento – 2002” e da “Biblioteca, EM 538 – Portel/Amieira e Requalificação Urbana de Alqueva”. O montante da dívida amortizada foi sensivelmente idêntica ao valor pago no ano transato e o empréstimo “Projetos de Investimento 2002” continua a apresentar a maior parcela de amortização (aprox. 98 mil euros).

O empréstimo - “Danos Intempéries-1997”, contratado em 1998, foi concluído este ano, ficando completamente amortizado e deixando de constituir uma responsabilidade da autarquia para os anos seguintes.

O montante em dívida não condiciona o município de realizar os projetos previstos nas Grandes Opções do Plano dos anos seguintes, tendo a possibilidade de terminar intervenções estruturantes e iniciar outras nos diversos setores e em conformidade com as competências legais da autarquia.

5.2 Dívida de Locação Financeira

Com início no ano de 2016 de dois contratos de locação financeira, apresentamos no quadro abaixo o detalhe da respetiva dívida de bens em leasing em 2018:

Quadro 14 - LOCAÇÃO FINANCEIRA – 2018

(em € - Euros)

BENS EM LOCAÇÃO FINANCEIRA	VALOR	JUROS	AMORT.	CAPITAL	JUROS	AMORT.	CAPITAL	JUROS	AMORT.	CAPITAL
	CONTRATO			EM DÍVIDA			EM DÍVIDA			EM DÍVIDA
	2016	2016	2016	31-12-2016	2017	2017	31-12-2017	2018	2018	31-12-2018
Autoc.55 lugares "SCANIA" 23-QQ-62 - (2016/2022)	225.213,00	3.104,09	35.821,62	189.391,38	2.983,53	35.777,97	153.613,41	2.311,25	36.400,24	117.213,17
Autoc. 32 lugares "IVECO" 18-RB-18 - (2016/2022)	127.802,73	0,00	6.390,15	121.412,58	2.296,52	20.670,05	100.742,53	1.886,09	21.080,40	79.662,13
TOTAL	353.015,73	3.104,09	42.211,77	310.803,96	5.280,05	56.448,02	254.355,94	4.197,34	57.480,64	196.875,30

Como já referimos anteriormente o objeto destes contratos de leasing são os dois autocarros adquiridos pela autarquia, os quais vieram a melhorar os serviços e a segurança dos nossos munícipes. O valor global dos contratos iniciais foi de aprox. 353 mil euros, tendo sido este ano amortizados aprox. 57 mil euros, envolvendo um pagamento total de juros de aprox. 4 mil euros. Estes contratos vão perdurar até ao ano de 2022 e o valor atual em dívida é de cerca de 196 mil euros.

5.3 Serviço da Dívida Geral

O serviço da dívida geral da autarquia engloba o seu esforço financeiro anual em juros e amortizações de empréstimos e de contratos de locação financeira:

Quadro 15 - EVOLUÇÃO DO SERVIÇO DA DÍVIDA

(em € - Euros)

FINALIDADE DO EMPRÉSTIMO E BENS EM LOCAÇÃO FINANCEIRA	ANO DE 2016		ANO DE 2017		ANO DE 2018	
	DESPESA	DESPESA	DESPESA	DESPESA	DESPESA	DESPESA
	CORRENTE	DE CAPITAL	CORRENTE	DE CAPITAL	CORRENTE	DE CAPITAL
	(JUROS)	(AMORTIZ.)	(JUROS)	(AMORTIZ.)	(JUROS)	(AMORTIZ.)
Danos Intempéries - (1998/2018)	-	39.667,50	-	39.667,50	-	29.750,62
Projetos de Investimento - (2002/2022)	5.024,86	96.153,59	3.188,11	97.354,58	2.263,79	98.055,67
Escola do Ensino Básico Portel - (2005/2025)	147,73	40.715,35	-	40.789,12	-	40.789,12
Biblioteca, EM 538 e Req. Urb. de Alqueva - (2007/2027)	2.807,09	58.333,32	1.687,12	58.333,32	1.516,03	58.333,32
Capela e Casa Mortuária de Oriola - (2012/2027)	22.170,06	23.494,38	20.860,13	24.804,31	19.477,15	26.187,29
Autocarro 55 lugares "SCANIA" 23-QQ-62 - (2016/2022)	3.104,09	35.821,62	2.983,53	35.777,97	2.311,25	36.400,24
Autocarro 32 lugares "IVECO" 18-RB-18 - (2016/2022)	0,00	6.390,15	2.296,52	20.670,05	1.886,09	21.080,40
TOTAIS	33.253,83	300.575,91	31.015,41	317.396,85	27.454,31	310.596,66
TOTAL GERAL (juros + amortização)		333.829,74		348.412,26		338.050,97

Varição Absoluta	17/16	14.582,52	18/17	- 10.361,29
Varição Relativa	17/16	4,4%	18/17	- 3,0%

O montante do capital amortizado apresenta uma oscilação negativa em relação ao ano anterior demonstrando o integral cumprimento do plano de amortização de empréstimos e de locação financeira da autarquia, sem comprometer a sua situação financeira para anos futuros.

De salientar que as dívidas de empréstimos foram consequência do programa de investimento proposto e assumido pelo executivo durante os últimos mandatos, com o objetivo de dotar o concelho de um conjunto de infra-estruturas essenciais ao seu desenvolvimento económico e social, o qual mereceu a aprovação e aceitação plena dos órgãos da autarquia.

Como já referimos, o empréstimo - "Danos Intempéries-1997", contratado em 1998, ficou completamente amortizado este ano. Durante os 20 anos, este empréstimo, que dispunha de juros bonificados até uma taxa de 6 pontos percentuais, não constituiu qualquer encargo financeiro para a autarquia, ao nível dos juros.

O valor do serviço da dívida (juros e amortizações) apresenta um decréscimo de (-) 3,0%, aprox. (-) 10 mil euros em relação ao ano anterior. O valor total de juros pagos este ano é inferior em cerca de (-) 3 mil e 500 euros.

A partir da análise dos seguintes indicadores demonstra-se que continua a não estar comprometida a capacidade financeira do município para o futuro:

Quadro 16 - EVOLUÇÃO DOS INDICADORES DO SERVIÇO DA DÍVIDA

INDICADORES	ANO DE 2016		ANO DE 2017		ANO DE 2018	
	VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%
JUROS / DESPESAS CORRENTES	33.253,83	0,5%	31.015,41	0,4%	27.454,31	0,3%
	7.250.325,81		7.598.324,80		8.035.129,65	
AMORTIZAÇÃO / DESPESAS DE CAPITAL	300.575,91	18,1%	317.396,85	15,0%	310.596,66	24,4%
	1.660.216,57		2.112.431,42		1.271.075,80	
(JUROS+AMORTIZAÇÃO) / DESPESAS TOTAIS	333.829,74	3,7%	348.412,26	3,6%	338.050,97	3,6%
	8.910.542,38		9.710.756,22		9.306.205,45	

Os juros da dívida pagos representam em 2018 unicamente, 0,3% da despesa corrente. No montante das amortizações, verificou-se um decréscimo absoluto no valor pago, representando contudo 24,4% da despesa de capital. O serviço da dívida atinge somente 3,6% da despesa total do município. É de notar que o prazo médio de liquidação total destes empréstimos/leasings é de 7 anos.

5.4 Dívida a fornecedores de curto prazo

Um dos indicadores importantes e que refletem a situação financeira do município e o seu grau de endividamento é também o valor da dívida a fornecedores de curto prazo e o tempo médio que a autarquia demora a pagar os seus compromissos. Assim apresentamos os seguintes indicadores:

Quadro 17 - PRAZO MÉDIO DE PAGAMENTOS E COBERTURA DA DÍVIDA

INDICADORES	2017		2018	
	CÁLCULO	PMP	CÁLCULO	PMP
DÍVIDA A FORNECEDORES CP / AQUISIÇÃO BENS E SERVIÇOS	$\frac{3.720,26}{4.623.668,69} \times 365 =$	1 dia	$\frac{4.040,36}{3.966.025,07} \times 365 =$	1 dia
DÍVIDA A FORNECEDORES CP / RECEITAS TOTAIS ANO ANTERIOR	$\frac{3.720,26}{9.454.584,42}$	0,1%	$\frac{4.040,36}{9.314.277,91}$	0,1%

O prazo médio de pagamentos a fornecedores é atualmente de 1 (um) dia e a dívida a fornecedores de curto prazo representa unicamente 0,1% das receitas totais do município no ano anterior. É de notar a continuidade do excelente nível destes indicadores, pelo que se confirma assim a excelente situação financeira da autarquia (sem desequilíbrios financeiros estruturais ou roturas financeiras) não comprometendo a atividade económica e financeira do município durante os próximos anos.

CAPÍTULO II – ANÁLISE PATRIMONIAL

Esta análise debruça-se sobre os elementos contabilísticos do património do município nomeadamente o balanço, a demonstração de resultados e os respetivos anexos.

1. Análise do Balanço

1.1. Estrutura e evolução do Ativo Líquido

QUADRO 18 - EVOLUÇÃO DA ESTRUTURA DO BALANÇO

(em € - Euros)

COMPONENTES DO ATIVO	2018		2017		VARIACÃO 2018/2017
	ATIVO LÍQUIDO	%	ATIVO LÍQUIDO	%	
BENS DE DOMÍNIO PÚBLICO:	13.958.630,01	35,4%	13.874.416,64	34,3%	0,6%
IMOBILIZAÇÕES INCORPÓREAS	0,00	0,0%	0,00	0,0%	-
IMOBILIZACOES CORPÓREAS	18.642.959,81	47,3%	19.023.958,80	47,0%	-2,0%
INVESTIMENTOS FINANCEIROS	360.149,90	0,9%	526.858,39	1,3%	-31,6%
IMOBILIZADO EM CURSO	1.107.744,91	2,8%	2.249.476,39	5,6%	-50,8%
TOTAL IMOBILIZADO	34.069.484,63	86,4%	35.674.710,22	88,2%	-4,5%
EXISTÊNCIAS	371.240,10	0,9%	344.121,45	0,9%	7,9%
DÍVIDAS DE TERCEIROS - M.L.P.	0,00	0,0%	9.108,93	0,0%	-100,0%
DÍVIDAS DE TERCEIROS - C.P.	285.050,15	0,7%	304.775,91	0,8%	-6,5%
DEPOSITOS INST. FIN. E CAIXA	4.202.735,87	10,7%	4.057.374,61	9,9%	3,6%
ACRÉSCIMOS DE PROVEITOS	467.463,89	1,2%	55.214,95	0,1%	746,6%
CUSTOS DIFERIDOS	22.731,96	0,1%	22.491,94	0,1%	1,1%
TOTAL DO ATIVO	39.418.706,60	100,0%	40.467.798,01	100,0%	-2,6%

O “**Ativo líquido**” diminuiu sensivelmente em relação ao ano anterior em cerca de (-) 2,6%, aprox. (-) 1 milhão e 49 mil euros. O “**Imobilizado Líquido**” representa em 2018 cerca de 86,4% do ativo total do município tendo diminuído em relação ao ano anterior cerca de (-) 1 milhão e 605 mil euros. Embora tenham existido, como já verificámos na análise orçamental, um volume considerável de investimento em imobilizado (aquisição de bens de capital) este foi absorvido pela depreciação anual puramente contabilística (amortizações).

O “**Imobilizado em Curso**” diminuiu cerca de (-) 1 milhão e 141 mil euros, em razão da transferência de imobilizado, concluído fisicamente em 2018, para imobilizações corpóreas e para bens do domínio público, representando atualmente unicamente 2,8% do imobilizado total (aprox. 1 milhão e 107 mil euros) e engloba todo o investimento que ainda não foi totalmente concluído fisicamente.

As “**Imobilizações Corpóreas (líquidas)**” verificaram um decréscimo de (-) 2,0%, cerca de (-) 381 mil euros, uma vez que o volume de imobilizado quer adquirido diretamente, quer transferido, via imobilizado em curso, para esta componente, foi absorvido em parte pelo valor da amortização anual. Os “**Bens de Domínio Público**” sofreram um acréscimo de (+) 0,6% (aprox. 84 mil euros), que corresponde ao valor de imobilizado entrado (diretamente e por transferência de imobilizado em curso), deduzido do montante das amortizações anuais desta componente do ativo.

O “**Imobilizado Incorpóreo**” encontra-se totalmente amortizado e os “**Investimentos Financeiros**”

demonstram alguma expressão no ativo e no imobilizado da autarquia (cerca de 0,9% do ativo total). A diminuição destes investimentos em (-) 31,6%, cerca de 166 mil euros, prende-se com a redução da comparticipação total do Município de Portel no FAM - Fundo de Apoio Municipal, conforme previsto na LOE 2018, e que passou a atingir o montante de aproximadamente 295 mil euros.

As “**Existências**” tiveram um acréscimo de (+) 7,9%, aprox. (+) 27 mil euros, em resultado da aquisição de bens e materiais diversos, que se mantiveram em armazém e que só no próximo ano irão ser utilizados nas obras e atividades da autarquia.

As “**Dívidas de Terceiros de MLP**”, embora não tenham expressão significativa no balanço, referem-se ao empréstimo concedido pela autarquia no âmbito do FAME e sobre as quais já foi constituída este ano a respetiva provisão. As “**Dívidas de Terceiros CP**” sofreram um decréscimo de cerca de (-) 19 mil euros e refletem essencialmente os montantes referentes aos pedidos de pagamento sobre despesa já realizada em projetos financiados pelos fundos comunitários e sobre os quais a autarquia aguarda ainda a comparticipação por parte do FEDER. A dívida de curto prazo resultante de clientes não tem significado uma vez que se encontra totalmente provisionada de acordo com os normativos legais.

Os “**Depósitos em Instituições Financeiras**” (disponibilidades imediatas) são bastante significativos, representam cerca de 10,7% do ativo líquido e demonstram a boa situação de tesouraria do município.

A rubrica “**Acréscimo de Proveitos**” reflete contabilisticamente proveitos de 2018 (juros de depósitos a prazo, receita de água, IUC, IMI, IMT e Derrama) mas que só vão ser recebidos (receita efetiva) no ano de 2019. A componente de “**Custos Diferidos**” representa despesa realizada e paga em 2018 (seguros, rendas e juros de locação financeira) mas que contabilisticamente só deve ser considerada como custo no exercício económico de 2019.

1.2. Estrutura e evolução dos Fundos Próprios e do Passivo

No quadro seguinte apresenta-se o valor global dos Fundos Próprios e do Passivo do município:

QUADRO 19 - EVOLUÇÃO DA ESTRUTURA DO BALANÇO

(em € - Euros)

FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO	2018		2017		VARIÇÃO 2018/2017
	VALOR	%	VALOR	%	
FUNDO PATRIMONIAL	29.411.780,32	74,6%	29.411.780,32	72,6%	0,0%
RESERVAS	12.186,15	0,0%	12.186,15	0,0%	0,0%
DOAÇÕES	151.770,45	0,4%	151.770,45	0,4%	0,0%
RESULTADOS TRANSITADOS,	(2.328.197,99)	-5,9%	(2.180.448,87)	-5,4%	6,8%
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	(550.110,27)	-1,4%	(478.698,19)	-1,2%	14,9%
TOTAL DOS FUNDOS PRÓPRIOS	26.697.428,66	67,7%	26.916.589,86	66,4%	-0,8%
PROVISÕES PARA RISCOS E ENCARGOS	1.244.210,21	3,2%	1.244.210,21	3,1%	0,0%
DÍVIDAS A TERCEIROS - M.L.P.	1.942.799,51	4,9%	2.463.156,19	6,1%	-21,1%
DÍVIDAS A TERCEIROS - C.P.	176.412,37	0,4%	109.422,33	0,3%	61,2%
ACRÉSCIMO DE CUSTOS	568.091,66	1,4%	489.131,52	1,2%	16,1%
PROVEITOS DIFERIDOS	8.789.764,19	22,4%	9.245.287,90	22,9%	-4,9%
TOTAL DO PASSIVO	12.721.277,94	32,3%	13.551.208,15	33,6%	-6,1%
TOTAL FUNDOS PRÓPRIOS PASSIVO	39.418.706,601	100,0%	40.467.798,01	100,0%	-2,6%

A variação negativa dos “**Fundos Próprios**” (-) 0,8% deve-se na totalidade aos resultados líquidos

negativos, os quais, como veremos adiante, são influenciados quase exclusivamente pelo efeito contabilístico das amortizações. Este ano o resultado líquido é cerca de 71 mil euros “mais negativo” do que o verificado no ano anterior. Contudo, e uma vez que os fundos próprios resultam da diferença entre o Ativo e o Passivo, e como tal representam o património líquido do município, poderemos considerar que o património da autarquia se mantém com um peso considerável na estrutura do balanço (67,7%).

A “**Dívida a Terceiros de MLP**” é relativa ao valor atual dos empréstimos obtidos (1 milhão e 544 mil euros), ao valor em dívida nos contratos leasings (196 mil euros), ao valor das cauções retidas aos fornecedores de empreitadas (valor de 152 mil euros que se encontra cativo em operações de tesouraria) e o valor da participação em dívida pelo município ao FAM (cerca de 49 mil euros) que como já referimos, foi reduzida neste ano de 2018.

A “**Dívida a Terceiros de CP**” é constituída pela dívida a fornecedores e a outros (cerca de 900 euros) e o valor a pagar ao Estado referente a retenções efetivas de IRS, e de Segurança Social sobre os vencimentos de dezembro de 2018 (de aproximadamente 172 mil euros) acrescidas das previsões referentes aos respetivos encargos sociais da responsabilidade do município, a processar e a pagar unicamente em janeiro de 2019, mas cujo custo deve ser contabilisticamente imputado ao ano de 2018. À exceção deste valor previsionado (cerca de 56 mil euros) o restante montante retido (cerca de 116 mil euros) está identificado e cativo nos mapas e movimentos de operações de tesouraria. É de salientar que o conjunto da dívida a terceiros de curto prazo tem pouco significado na estrutura do balanço (0,4%).

As “**Provisões para Riscos e Encargos**”, cujo valor ronda 1 milhão e 244 mil euros, refletem as previsões de responsabilidades de montantes incertos referentes a processos judiciais em curso, os quais foram sujeitas a registo contabilístico obrigatório, mas que só possivelmente poderão originar um pagamento futuro.

Os “**Acréscimos de Custos**” representam despesas cujo pagamento só se realizará em 2019 mas que contabilisticamente devem ser consideradas custo do ano económico de 2018. Este valor refere-se à previsão dos montantes a pagar no próximo ano aos trabalhadores, respeitante a dois meses de remuneração de férias e subsídio de férias (cerca de 401 mil euros) e os respetivos encargos sociais (no valor aprox. de 95 mil euros), bem como a outros pagamentos a fornecedores (juros de empréstimos, eletricidade, combustíveis e comunicações – aprox. 72 mil euros). Fazemos notar que os “acréscimos de custos” são valores que decorrem também da aplicação de normas contabilísticas que resultam de uma operação obrigatória de final do exercício e que no contexto do município não representam situações de efetiva de dívida para com terceiros.

Os “**Proveitos Diferidos**”, cujo valor é de aprox. 8 milhões e 789 mil euros, compreendem as receitas que devem ser reconhecidas como proveitos nos diversos exercícios seguintes, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios. Esta conta, proveniente do volume de transferências dos fundos comunitários (subsídios) destinados ao investimento, tem assumido valores relevantes. O valor destes proveitos diferidos é proveniente dos subsídios comunitários obtidos em vários projetos financiados e como tal deve interpretar-se a sua informação como o montante de subsídios obtidos, a aplicar em proveitos a partir do momento em que os investimentos em curso forem concluídos e se iniciar a sua utilização e amortização, ou já aplicados em proveitos do exercício a investimentos concluídos mas ainda não totalmente amortizados. Assim o valor desta rubrica de balanço irá gradual e anualmente diminuindo o seu valor (este ano verificou uma redução de cerca de (-) 455 mil euros).

Por último fazemos realçar que, pela sua própria natureza e significado, as contas de “provisões para riscos e encargos”, de “proveitos diferidos” e de “acréscimos de custos” não são verdadeiras contas do

passivo, embora se encontrem registadas nesta parte do balanço, por imposições de normalização contabilística aplicada ao setor público. Por isto mesmo devem ser consideradas como passivos “possivelmente exigíveis” ou até “não exigíveis”, de forma a evitar distorções a quando da sua análise económica, financeira e patrimonial. A real abordagem do passivo deve excluir estas rubricas e debruçar-se unicamente sobre as dívidas efetivas para com terceiros quer a médio quer a longo prazo, pelo que podemos concluir que essas dívidas (e excluindo ainda a contabilização do FAM e a previsão dos encargos sociais sobre as remunerações de férias e subsídios de férias a pagar só em 2019) diminuíram, comparativamente ao ano anterior, em cerca de (-) 300 mil euros.

2. Análise da Demonstração de Resultados

QUADRO 20 - EVOLUÇÃO DA ESTRUTURA DA DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

em € - Euros

COMPONENTES DA DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS	2018		2017		VARIÇÃO 2018/2017
	VALOR	%	VALOR	%	
CUSTOS E PERDAS					
CUSTO MERC.VENDIDAS MAT.CONSUMIDAS	551.376,72	5,2%	950.214,09	9,1%	-42,0%
FORNECIMENTOS SERVICOS EXTERNOS	2.639.708,30	24,9%	2.592.636,76	24,8%	1,8%
CUSTOS COM PESSOAL:	3.950.288,37	37,2%	3.514.042,02	33,5%	12,4%
TRANSF.SUB.COR.CONC.E PREST SOCIAIS	907.129,26	8,5%	907.961,60	8,7%	-0,1%
AMORTIZAÇÕES DO EXERCÍCIO	2.355.044,59	22,2%	2.322.060,58	22,2%	1,4%
PROVISÕES DO EXERCÍCIO	21.695,03	0,2%	18.258,42	0,2%	18,8%
OUTROS CUSTOS/PERDAS OPERACIONAIS	85.000,20	0,8%	26.846,50	0,3%	216,6%
CUSTOS E PERDAS FINANCEIRAS	39.101,89	0,4%	42.096,41	0,4%	-7,1%
CUSTOS E PERDAS EXTRAORDINÁRIAS	60.596,65	0,6%	82.724,29	0,8%	-26,7%
TOTAL DE CUSTOS E PERDAS	10.609.941,01	100,0%	10.456.840,67	100,0%	1,5%
PROVEITOS E GANHOS					
VENDA DE MERCADORIAS	241.112,23	2,4%	272.370,06	2,7%	-11,5%
VENDA DE PRODUTOS	0,00	0,0%	0,00	0,0%	-
PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS E VENDA DE BENS	214.196,68	2,1%	232.974,52	2,3%	-8,1%
IMPOSTOS E TAXAS	1.112.112,37	11,1%	1.154.367,51	11,6%	-3,7%
TRABALHOS PARA PRÓPRIA ENTIDADE	86.787,23	0,9%	395.484,66	4,0%	-78,1%
TRANSF. E SUBSÍDIOS OBTIDOS	7.363.081,76	73,1%	6.964.594,99	69,8%	5,7%
OUT.PROVEITOS GANHOS OPERACIONAIS	39.824,78	0,4%	42.918,28	0,4%	-7,2%
PROVEITOS E GANHOS FINANCEIROS	333.709,10	3,3%	341.281,60	3,4%	-2,2%
PROVEITOS E GANHOS EXTRAORDINÁRIOS	669.006,59	6,7%	574.150,86	5,8%	16,5%
TOTAL DE PROVEITOS	10.059.830,74	100,0%	9.978.142,48	100,0%	0,8%
RESUMO :					
RESULTADOS OPERACIONAIS	(1.453.127,42)		(1.269.309,95)		
RESULTADOS FINANCEIROS	294.607,21		299.185,19		
RESULTADOS CORRENTES	(1.158.520,21)		(970.124,76)		
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO (F-E)	(550.110,27)		(478.698,19)		

O “Custo das Mercadorias e Matérias” diminuiu em relação ao ano anterior (-) 42,0% em resultado do menor custo/volume de compras de água para consumo público, (-) 9 mil euros, bem como do menor

volume de compras/custo de bens armazenáveis, (-) 389 mil euros.

No global os “**Custos e Perdas**” aumentaram (+) 1,5%, (+) aprox. 153 mil euros com especial destaque no aumento dos “custos com pessoal” (+) 12,4%, em cerca (+) 436 mil euros, dos “fornecimentos e serviços externos” em cerca (+) 47 mil euros, dos “custos e perdas operacionais” em aprox. (+) 58 mil euros e das “amortizações”, (+) 32 mil euros. Esta variação positiva está relacionada com o aumento quer dos custos com pessoal e encargos (integração de precários, aumento do quadro de pessoal, etc..) bem como com o número de ações e atividades autárquicas inerentes a este tipo de despesas. Estes acréscimos foram contrabalançados com a diminuição, em relação ao ano anterior, nos “custos e perdas financeiras”, (-) 7,1% e nos “custos e perdas extraordinárias”, (-) 26,7%.

Quanto aos “**Proveitos e Ganhos**” estes cresceram (+) 0,8%, aprox. (+) 81 mil euros, influenciados em termos gerais pelo aumento nas “transferências e subsídios obtidos”, aprox. (+) 398 mil euros e nos “proveitos e ganhos extraordinários”, (+) 94 mil euros, contrabalançado com a diminuição dos “trabalhos para a própria entidade”, (-) 309 mil euros, da cobrança de “impostos e taxas”, (-) 42 mil euros, da venda de bens e prestação de serviços, (-) 18 mil euros e da venda de mercadorias (água), (-) 31 mil euros.

Os “proveitos e ganhos financeiros” são bastante significativos, resultantes em parte dos juros obtidos em depósitos a prazo e das rendas da EDP, e que conseqüentemente induziram a uma função financeira de resultado positivo elevado, (+) 294 mil euros, sensivelmente idêntica à verificada no ano anterior. Note-se que os “proveitos e ganhos extraordinários” refletem quase exclusivamente a contabilização dos “proveitos diferidos” e compensam parte do custo das amortizações referentes ao imobilizado corpóreo que foi financiado por fundos comunitários.

No ano de 2018, o “**Resultado Líquido do Exercício**” é negativo, no valor de (-) 550.110,27 €, cerca de 71 mil euros “mais negativo” que no ano anterior. No entanto este resultado é influenciado pelas “amortizações” (depreciação contabilística do imobilizado) que neste ano atingiram o montante que ronda os 2 milhões e 355 mil euros. Contudo, dada a natureza e origem deste resultado, julgamos que muito dificilmente venha a ter no futuro repercussões negativas na esfera económica e financeira da autarquia, pelo que continuamos confiantes e podemos garantir a continuidade das atividades e projetos municipais. Fazemos notar ainda que a interpretação do resultado económico de um município é muito subjetiva, de significado controverso, comprometendo até análises comparativas entre os diversos municípios.

3. Movimentos do Ativo Bruto, Amortizações e Provisões

3.1 Ativo Bruto

QUADRO 21 - MOVIMENTAÇÃO DO ATIVO BRUTO – IMOBILIZADO (2018)

(em € - Euros)

ACTIVO BRUTO						
RÚBRICAS	SALDO INICIAL	REAV. / AJUSTAM.	AUMENTOS	ALIENAÇÕES	TRANSFER. E ABATES	SALDO FINAL
BENS DE DOMÍNIO PÚBLICO:	35.747.859,68	11.084,08	194.267,83	0,00	0,00	35.953.211,59
DE IMOBILIZAÇÕES INCORPÓREAS	38.340,00	0,00	13.379,94	0,00	0,00	51.719,94
DE IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS	29.454.182,47	1.801,95	695.993,69	(4.560,24)	0,00	30.147.417,87
DE INVESTIMENTOS FINANCEIROS	550.082,08	(164.128,08)	0,00	0,00	0,00	385.954,00
TOTAL GERAL	65.790.464,23	(151.242,05)	903.641,46	(4.560,24)	0,00	66.538.303,40

Verifica-se que o “**Ativo Bruto**” do município aumentou aprox. 747 mil euros. Este aumento é de grande significado nos bens do imobilizado corpóreo, (+) 693 mil euros, – ex: edifícios e outras construções, equipamento básico, equipamento administrativo e informático, ferramentas e utensílios, sendo também bem visível nos bens do domínio público, (+) 205 mil euros, - ex: estradas, arruamentos, largos, jardins, espaços públicos. A diminuição dos investimentos financeiros em cerca de (-)164 mil euros, resultou, como já referimos anteriormente, da redução da comparticipação total da autarquia no FAM - Fundo de Apoio Municipal, conforme previsto na LOE 2018.

3.2 Amortizações

As “**Amortizações**” têm em vista ponderar contabilisticamente a depreciação e desvalorização do imobilizado de domínio público (ex: estradas, arruamentos, infraestruturas de água e saneamento e construções análogas) bem como de imobilizado corpóreo (ex: edifícios, equipamento básico, de transporte e administrativo, ferramentas e utensílios e outros). A contabilização de 2018 é a seguinte:

QUADRO 22 - MOVIMENTOS DE AMORTIZAÇÃO DE IMOBILIZADO

(em € - Euros)

AMORTIZAÇÕES E PROVISÕES				
RÚBRICAS	SALDO INICIAL	REFORÇO	REGULARIZAÇÕES	SALDO FINAL
BENS DE DOMÍNIO PÚBLICO:	20.420.383,41	1.299.982,32	0,00	21.720.365,73
DE IMOBILIZAÇÕES INCORPÓREAS	38.340,00	0,00	0,00	38.340,00
DE IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS	9.633.806,91	1.055.062,27	(4.560,24)	10.684.308,94
DE INVESTIMENTOS FINANCEIROS	23.223,69	2.580,41	0,00	25.804,10
TOTAL GERAL	30.115.754,01	2.357.625,00	(4.560,24)	32.468.818,77

Verifica-se que o valor anual de depreciação do património do município é de aproximadamente 2 milhões e 357 mil euros. Este montante resulta unicamente de critérios, regras e taxas de amortização pré-estabelecidas legalmente no POCAL e como tal de natureza teórico-contabilística.

3.3 Provisões

De acordo com a legislação em vigor, as provisões são constituídas obrigatoriamente como forma de acautelar contingências que possam no futuro transformar-se numa perda definitiva ou num encargo real. Assim a contabilização das provisões da Câmara Municipal de Portel no ano de 2018 é apresentada no quadro seguinte:

QUADRO 23 - MOVIMENTOS DE PROVISÕES

(em € - Euros)

PROVISÕES ACUMULADAS				
RÚBRICAS	SALDO INICIAL	AUMENTO	REDUÇÃO	SALDO FINAL
COB. DUVIDOSAS: Clientes, Utentes	216.471,56	12.586,10	0,00	229.057,66
COB. DUVIDOSAS: Emprést. Concedidos	0,00	9.108,93	0,00	9.108,93
RISCOS E ENCARGOS: Proc. Judiciais	1.244.210,21	0,00	0,00	1.244.210,21
TOTAL GERAL	1.460.681,77	21.695,03	0,00	1.482.376,80

O valor das provisões realizadas este ano atingiu aproximadamente (+) 21 mil euros, sensivelmente idêntico ao valor considerado no ano anterior, e que demonstra algum equilíbrio na evolução da atividade autárquica, estabilidade nos montantes incertos de cobranças duvidosas (clientes e empréstimos concedidos) e dos encargos previsivelmente a pagar com processos judiciais.

Este ano foi reforçada a provisão sobre montantes incertos de “cobranças duvidosas” de clientes, (+) 12 mil euros, e constituída a provisão sobre o valor do empréstimo concedidos no âmbito do FAME, (+) 9 mil euros. Manteve-se a situação em relação aos processos judiciais pendentes pelo que não se tornou necessário o reforço ou a redução da provisão já existente no ano anterior.

Constata-se que o valor global das provisões atualmente contabilizadas atinge o montante de 1 milhão e 482 mil euros, e referem-se a cobranças duvidosas de empréstimo FAME concedido (9 mil euros) e de clientes, contribuintes e utentes em mora há mais de 6 meses (229 mil euros). A provisão para outros riscos e encargos é respeitante a processos judiciais em curso e nos quais se incluem, o processo requerido por Idália Lourinho e referente ao pedido de indemnização decorrente da rescisão do contrato de arrendamento do bar do mercado municipal (100 mil euros), os processos de contra ordenação (35 mil euros) requeridos pela IGAMAOT (rejeição de águas residuais) e ASAE (parques infantis) e sobre os quais a autarquia apresentou a respetiva defesa, mas que de há muito se continua a aguardar a decisão das respetivas entidades ou tribunais.

Esta provisão integra ainda a reclamação à autarquia, por parte da “Massa Insolvente da Condop, SA”, de “juros de mora”, “indemnização” e “faturas em dívida”, no valor aproximado de 1 milhão e 110 mil euros. Lembramos que esta empresa (Condop, SA) foi declarada insolvente, não cumpriu com o contrato de empreitada de construção do Centro Escolar de Portel, tendo tido uma conduta imprópria, desonesta e fraudulenta para com o Município de Portel: abandonou, sem justificação ou qualquer comunicação, a referida obra.

Contudo, para uma melhoria na aplicação do princípio da prudência e cumprimento do estipulado no POCAL, continuam a estar provisionados estes valores embora entendamos que se houver justiça estas obrigações jamais serão dadas como certas.

4. Apresentação de alguns indicadores de gestão

Podemos verificar no quadro abaixo que os rácios de estrutura financeira, de endividamento e de liquidez obtidos, demonstram a boa situação económica e financeira que a autarquia atravessa.

Quadro 24 - INDICADORES DE GESTÃO

INDICADORES		2018	
		CÁLCULO	%
Peso dos Custos com Pessoal na Receita Corrente =	Encargos com Pessoal / Receitas Correntes =	3.950.288,37	= 46,3%
		8.540.171,36	
Rentabilidade dos Capitais Próprios =	Resultado Líquido / Fundos Próprios =	-550.110,27	= - 2,1%
		26.697.428,66	
Rácios de Estrutura Financeira: =	Fundos Próprios / Ativo Líquido =	26.697.428,66	= 67,7%
		39.418.706,60	
Rácios de Estrutura Financeira: =	Passivo / Fundos Próprios =	12.721.277,94	= 47,6%
		26.697.428,66	
Rácio de Endividamento =	Passivo / Ativo Líquido =	12.721.277,94	= 32,3%
		39.418.706,60	

Quadro 24 - INDICADORES DE GESTÃO (continuação)

INDICADORES		2018	
		CÁLCULO	%
Rácio de Endividamento de Médio e Longo Prazo =	Passivo MLP / Ativo Líquido =	1.942.799,51 39.418.706,60	= 4,9%
Rácio de Liquidez Geral =	Ativo CP / Passivo CP =	4.859.026,12 176.412,37	= 2 754,4%
Rácio de Liquidez Imediata =	Disponibilidades / Passivo CP =	4.202.735,87 176.412,37	= 2 382,3%
Peso Relativo do Ativo Fixo no Ativo Total =	Ativo Fixo / Ativo Total =	34.069.484,63 39.418.706,60	= 86,4%
Rejuvenescimento do Imobilizado =	Invest. em Imobilizado / Amort. do Exercício =	903.641,46 2.355.044,59	= 38,4%
Envelhecimento do Imobilizado =	Amortizações Acumuladas / Ativo Bruto =	32.468.818,77 66.538.303,40	= 48,8%

5. Factos de interesse relevante após encerramento do exercício de 2018

Não há a registar factos de relevância após o encerramento do exercício de 2018

6. Proposta de aplicação de resultados de 2018

No ano de 2018, o Município de Portel obteve um resultado líquido negativo de (-) 550.110,27 € (quinhentos e cinquenta mil, cento e dez euros e vinte e sete cêntimos), pelo que se propõe transferir o resultado do exercício para a conta "5917 - Resultados Transitados – 2018", após a aprovação do relatório e contas pelos órgãos autárquicos competentes.